



Nº 1141 - Semanal  
0,50 €

14 Fevereiro 2002

# ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva  
Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)

## EM DEFESA DE PORTUGAL



Esteve bem Ferro Rodrigues nas suas deslocações a Bruxelas e a Madrid. Tanto a Prodi como a Aznar, o secretário-geral do PS deixou uma imagem positiva de Portugal e transmitiu a ideia de que os compromissos assumidos são para cumprir. Fazendo fé nos números oficiais portugueses e comunitários relativos ao défice, afirmou que a credibilidade das finanças públicas portuguesas é sustentada em matéria de *ratings* pelas grandes instituições internacionais. A ambos reiterou que um Governo do PS terá como objectivo central da sua política económica o défice zero em 2004, e o Conselho de Ministros das Finanças dos Quinze acabou por dar razão a Ferro Rodrigues ao não accionar o mecanismo do "alerta rápido".

### ALQUEVA

## SÍMBOLO DO PORTUGAL MODERNO

As comportas da barragem de Alqueva foram encerradas dia 8. O mito com quase meio século de vida é agora uma realidade concreta. O projecto âncora do desenvolvimento do Alentejo está em marcha. Mais uma promessa cumprida.

► Páginas centrais

### CONTAS CONTROLADAS

## PORTUGAL CREDIBILIZADO EM BRUXELAS

► Página 15

O PS iniciou ontem, por todo o País, uma nova colagem de "outdoors" em que a mensagem política se apresenta pela positiva e se anunciam as nossas principais bandeiras para a próxima legislatura.

## COMÍCIO NA MADEIRA

O Partido Socialista realiza no próximo domingo, 17 de Fevereiro, o seu primeiro comício de pré-campanha, na Madeira. No mesmo dia em que o PSD tem marcada a sua Convenção, o PS arrisca uma grande mobilização na região do país que é mais adversa às nossas cores. Porque o desafio é enorme, este primeiro grande comício corresponde à determinação e à coragem de levar nosso combate político ao coração dos nossos adversários.



# A SEMANA REVISTA

Fecharam as comportas do Alqueva. O Governo do PS cumpriu assim mais uma promessa eleitoral e para o Alentejo foi aberta uma janela de oportunidades. À criação do maior lago artificial da Europa corresponde uma ideia de desenvolvimento e progresso no interior para o país. Os aproveitamentos múltiplos do empreendimento devolvem a esperança a uma das mais deprimidas regiões de Portugal e antecipam já uma revolução agrícola, turística e energética, e perspectivam um novo ciclo de vida para os alentejanos.

Ferro Rodrigues deslocou-se a Bruxelas e a Madrid onde se reuniu com Romano Prodi, presidente da Comissão, e José Maria Aznar, presidente em exercício do Conselho. A sua principal mensagem consistiu na garantia de que Portugal vai cumprir os objectivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento e alcançar o défice zero em 2004.

Jorge Sampaio deslocou-se ao Reino Unido em visita de Estado. O Presidente da República almoçou com o primeiro-ministro britânico, reuniu-se com a rainha, inaugurou uma estátua do infante D. Henrique, e condecorou com a Ordem da Liberdade a Amnistia Internacional. Após a conversa com Tony Blair, em contactos com jornalistas, Sampaio defendeu uma maior flexibilidade na aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento e mostrou-se favorável a políticas que favoreçam a redução da despesa pública.

No âmbito da modernização dos serviços de Finanças e do combate à evasão e à fraude fiscais, o ministro das Finanças deslocou-se a direcções de Finanças dos distritos de Setúbal e Évora. Guilherme d'Oliveira Martins realizou iniciativas idênticas em Faro, Castelo Branco e Portalegre.

O ministro da Educação presidiu ao encerramento do I Encontro Nacional - Ponderar o Presente Projectar o Futuro, subordinado à temática da prevenção das drogas e da toxicodependência, promovido pelo Instituto Português da Droga e da Toxicodependência.

Slobodan Milosevic começou a ser julgado em Haia, no Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, por crimes contra a humanidade. Admite-se que este julgamento dure cerca de dois anos.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## MONA ELISA

"Maria Elisa defendeu (na reunião de cabeças-de-lista do PSD) uma maior **contenção** das pessoas ligadas ao partido, pedindo mesmo ao líder **um maior controlo**."

*Expresso, 9 de Fevereiro de 2002*



– Ó Mãe, porque é que aquela senhora da televisão quer o Tio Zé Manel ainda mais calado enquanto o Ferro Rodrigues está na rua todos os dias a dar a cara pelas suas propostas?!



**As soluções adiantadas pelo Partido Socialista são consonantes com um projecto de solidariedade e de justiça, tendo em vista um País territorialmente mais coeso e homogéneo, onde se privilegia a competitividade de forma a induzir a um aumento de produtividade, e onde as matérias relativas à saúde, à segurança e à educação são elevadas a questões prioritárias para a próxima legislatura.**

EDITORIAL

## CONFRONTO DE SOLUÇÕES

SILVINO GOMES DA SILVA

A afirmação da campanha socialista tem sido feita exclusivamente pela positiva. Desde logo em Bruxelas, onde Ferro Rodrigues garantiu os compromissos assumidos pelo Estado português no respeitante ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e na assunção do objectivo central do défice zero em 2004, ao contrário de outros que, nas instâncias europeias, preferiram deixar uma má imagem de Portugal com falsos alertas sobre défices de cinco por cento que, felizmente, não existem.

Depois, também pelas nossas propostas já conhecidas para a próxima legislatura. Todas elas se orientam para o progresso e o desenvolvimento, para o rigoroso controlo das finanças públicas sem esquecer um compromisso de solidariedade para com os estratos mais carenciados da nossa sociedade, enfrentando lobis e interesses instalados. Ao invés, o nosso principal adversário preconiza medidas que seguem o modelo liberal, resultando da sua improvável aplicabilidade duas consequências fundamentais: o não cumprimento dos compromissos portugueses com os nossos parceiros comunitários, com recurso à revisão do programa de estabilidade e crescimento, e o agravamento fiscal para as famílias com menores rendimentos. Para já não falar do aumento da despesa decorrente de promessas fáceis, como sejam a da atribuição de subsídios a polícias ou a deficientes.

As soluções adiantadas pelo Partido Socialista são consonantes com um projecto de solidariedade e de justiça, tendo em vista um País territorialmente mais coeso e homogéneo, onde se privilegia a competitividade de forma a induzir a um aumento de produtividade, e onde as matérias relativas à saúde, à segurança e à educação são elevadas a questões prioritárias para a próxima legislatura. E no que toca ao marketing político, toda a campanha do PS tem sido orientada para a credibilização do nosso candidato a primeiro-ministro e para a divulgação das suas soluções para o País. Tem sido confrangedor observar que o principal partido da oposição se limita a contra-atacar nos *outdoors* sem que haja nenhuma ideia por detrás a não ser a de dizer mal, numa lógica destrutiva de bota abaixo e quase sempre demagógica. A diferença, nesta área, também se atesta quando

o nosso líder afirma que não será candidato de laboratório avançado para a disputa eleitoral tal qual é, apresentando-se nas suas virtudes e defeitos, disposto a todos os confrontos e preparado para todos os terrenos, sejam eles acções de rua, entrevistas ou debates. Nunca Ferro Rodrigues permitiria que lhe dissessem para estar calado porque dessa forma se ganhariam mais votos.

Face a esta situação apetece perguntar: o que teme Durão Barroso? A resposta evidente é que receia perder as próximas eleições legislativas, como irá acontecer. Ensinava Churchill que não era a oposição que ganhava as eleições mas o governo que as perdia. Na actual conjuntura política portuguesa, depois da demissão de António Guterres, o PSD engalanou em arco, o seu líder adquiriu uma inusitada pose de primeiro-ministro, e as eleições passaram a ser para eles favas contadas. Só que o Governo tem vindo a apresentar alguma da obra que tinha programado para o espaço de uma legislatura, ou seja quatro anos, sendo o caso mais paradigmático o encerramento das comportas do Alqueva, a par de outras realizações substanciais na Cultura, no Ambiente ou na área das novas tecnologias como é o caso da Geração Millenium. E o Partido Socialista tem vindo a ganhar cada vez mais fôlego à medida em que são conhecidas as nossas propostas para a próxima legislatura, enquanto a oposição não está em condições, não está preparada, nem merece a confiança dos portugueses porque as soluções avançadas são contraditórias entre si ao ponto de figuras eminentes do PSD delas se demarcarem. Neste quadro de clara bipolarização, vence quem apresenta soluções coerentes, exequíveis e verdadeiras. Os socialistas, liderados por Ferro Rodrigues, seguem o difícil caminho de falar verdade aos portugueses, não caindo em demagogias fáceis, nem em promessas populistas incompatíveis com o rigor orçamental. Por estas e por outras, é que o PS está cada vez mais próximo de voltar a ser Governo, para bem de Portugal.

### CRISE ACADÉMICA DE 1962

# COMEMORAÇÃO SOLENE A 24 DE MARÇO

**O quadragésimo aniversário da crise académica de 1962 – em que tiveram papel de relevo Jorge Sampaio, Medeiros Ferreira e Carlos Candal e outros socialistas – vai ser comemorado, com uma sessão solene, no dia 24 de Março, na Aula Magna da Universidade Clássica de Lisboa.**

Da comissão organizadora da comemoração – presidida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio – fazem parte, entre outros Maria Emília Brederode dos Santos, Sara Amâncio, Isabel do Carmo, Medeiros Ferreira, João de Mascarenhas, Picão de Abreu, Macaísta Malheiro, Artur Pinto e Barata Moura.

As comemorações – que terão início no dia 18 de Março – vão ter âmbito nacional e nelas participarão as actuais estruturas associativas estudantis.

A crise académica de 1962, que se prolongou por vários meses, teve o seu ponto alto a 24 de Março, quando forças policiais, a mando do governo de Salazar, carregaram sobre milhares de estudantes na zona da Cidade Universitária em Lisboa, à revelia do então reitor da Universidade Marcelo Caetano, que acabaria por se demitir.

Vários estudantes foram feridos e muitos outros



detidos, de imediato ou ao longo dos dias seguintes, essencialmente dirigentes das associações de estudantes. De registar que entre os estudantes detidos se encontravam cerca de 90 raparigas.

Na altura, era presidente da RIA estudantil lisboeta (Reunião Inter-Associações) Jorge Sampaio, actual Presidente da República. Personalidades da política, da economia, e de outras actividades profissionais, como Eurico

de Figueiredo, Vítor Wengorovius, Tavares da Cruz, Manuel de Lucena, Sottomayor Cardia e Carlos Candal, entre outros, estiveram ligados à movimentação estudantil, que teve também larga repercussão em Coimbra e no Porto.

ENCONTRO COM CABEÇAS-DE-LISTA

# FERRO DISPONÍVEL PARA ACORDO SOBRE DESPESA PÚBLICA

**O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, afirmou-se favorável a um acordo de regime em matéria de despesa pública, desde que os "partidos reconheçam os valores da partilha e da solidariedade nacional dos esforços de rigor da despesa pública".**

O secretário-geral do PS, que falava no sábado, em Lisboa, no final de um encontro com os 22 cabeças-de-lista às próximas eleições legislativas, sublinhou que um acordo em matéria de despesa só será possível se "os partidos reconhecerem o programa para a Estabilidade Orçamental" que pretende fazer aprovar, caso ganhe as legislativas.

Ferro Rodrigues assegurou que, se for eleito primeiro-ministro, fará "aprovar uma nova Lei de Estabilidade Orçamental", que assegure que todos os sectores da vida económica se empenhem na partilha "dos esforços de rigor e de eficiência da despesa pública".

O líder do PS manifestou ainda o seu apoio, "na generalidade", ao diagnóstico feito por vários economistas sobre as finanças públicas do país, considerando que as suas recomendações correspondem "exactamente às prioridades" do PS, nomeadamente no objectivo de atingir o défice zero em 2004.

"O manifesto responde exactamente às nossas prioridades e só veio reforçar a vontade nossa política", afirmou, sublinhando que alguns dos subscritores do manifesto apoiam a sua candidatura a primeiro-ministro.

Num manifesto publicado no "Diário de Notícias", os economistas, de diversos quadrantes políticos, fazem um conjunto de recomendações a um futuro governo para manter "as finanças públicas dentro dos necessários princípios da disciplina e do rigor". Entre as medidas aconselhadas pelos nove economistas - no essencial, já apontadas pela Estrutura de Coordenação da Reforma da Despesa Pública (ECORDEP) -, destaca-se a "moderação dos aumentos salariais no sector público".

A introdução de medidas de combate à fraude e evasão fiscais, a limitação às admissões de trabalhadores para o sector público administrativo, a redução "significativa" de subsídios, benefícios fiscais e bonificações concedidos pelo Estado, bem como a ampliação dos meios de fiscalização do Tribunal de Contas,



são algumas das recomendações.

Apesar de manifestar a disponibilidade para um acordo em matéria de despesa com os partidos, nomeadamente com o PSD, o secretário-geral do PS não poupou críticas às propostas de Durão Barroso, para as finanças e economia.

## Propostas do PSD aumentam défice

Insistindo na ideia de que "é preciso solidariedade nacional na partilha dos esforços de rigor na despesa pública", Ferro Rodrigues afirmou encarar "com a maior apreensão as contradições que têm vindo ao público em matéria orçamental e fiscal".

"As propostas do PSD, a serem aplicadas, só poderiam ter como consequência o aumento do défice. Não se pode prometer ao mesmo tempo o controlo do défice e reduções brutais da receita fiscal", disse.

Ferro Rodrigues sustentou que, "compensar a perda de receita com o aumento do IVA, penalizaria gravemente os rendimentos da classe média".

O líder socialista propôs "uma política fiscal realista, amiga do investimento, mas

sustentável a prazo", com a continuação da redução das taxas de IRC.

O desagravamento fiscal, afirmou, terá que ser "cada vez mais, dirigido para empresas que apostem em investimentos na inovação, na defesa do ambiente e no capital humano". Ferro Rodrigues prometeu ainda combater a fuga ao fisco, para "prosseguir o desagravamento do IRS, com prioridade para a classe média".

## PS fará campanha pela positiva

Quanto à campanha eleitoral para as eleições de 17 de Março, o líder socialista frisou que o PS "fará uma campanha pela positiva".

"O PS compreendeu a lição das autárquicas de Dezembro", que deram ao PS "um resultado menos positivo", disse, frisando que neste momento "está tudo em aberto" quanto ao resultado das legislativas.

A reunião de Ferro Rodrigues com os cabeças-de-lista do PS teve por objectivo uniformizar o discurso do secretário-geral com as 22 principais figuras do partido que se apresentam às eleições legislativas.

E o discurso, afirmou Ferro Rodrigues, será

"positivo, sereno e humilde", sem "demagogias e arrogâncias".

O líder do PS aproveitou a ocasião para reiterar algumas das suas propostas eleitorais, sobretudo na área da saúde, onde tem vindo a recolher o aplauso da opinião pública, devido à promessa de criação de cem farmácias sociais.

"A minha política será a da coragem e de enfrentamento de 'lobbies' instalados", disse. Ainda no sector da saúde, ficou a promessa de impor já em 2003 a prescrição por nomes de genéricos nas consultas externas, urgências hospitalares e consultórios privados. Relativamente à educação, que continuará a ser uma prioridade de um futuro governo socialista, Ferro Rodrigues apontou como "objectivo nacional" o aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos.

"Todos os jovens até aos 18 anos devem estar ou na escola ou em formação profissional. Garantiremos que os jovens que entrem no mercado de trabalho antes dos 18 anos receberão obrigatoriamente formação profissional. É esta a forma de enfrentar o desafio da qualificação dos portugueses, projectando simultaneamente um futuro mais competitivo para a nossa economia".

ENCONTROS COM PRODI E AZNAR

# FERRO AFASTA MÁ IMAGEM DO PAÍS DEIXADA POR DURÃO

Ferro Rodrigues, no encontro que manteve com Romano Prodi em Bruxelas, procurou sossegar o presidente da Comissão Europeia sobre a situação económica do País, tentando apagar a péssima imagem deixada por Durão Barroso – que revelou uma vez mais não ter sentido de Estado – e garantiu que, caso seja primeiro-ministro, eliminará o défice público até 2004, conforme previsto pelo Programa de Estabilidade e Crescimento.

O líder do PS referiu que tinha vindo “expressar o compromisso de Portugal e do PS de atingir o défice zero no ano 2004”, apresentando ao eleitorado “medidas e propostas consequentes com esse objectivo”.

Sublinhou ainda que “a credibilidade das finanças públicas permanece intocável”.

Confrontado com a série de promessas que Durão Barroso tem vindo a fazer, baseadas na velha e estafada cartilha das receitas neoliberais, Ferro Rodrigues referiu que “o acento tónico da política orçamental contida no programa do Governo e do PS vai estar colocado no controlo da despesa pública e não em qualquer demagogia à volta de choques fiscais” compensadas com subidas de IVA, que, “além de absurdas são socialmente injustificadas e injustas”.

Sobre a ideia, no mínimo exótica e algo infantil, do líder do PSD de rever o Programa de Estabilidade se for primeiro-ministro, Ferro Rodrigues considerou-a como “sem qualquer sentido”.

“Tem de haver continuidade na acção do Estado, independentemente de quais são os partidos que têm as responsabilidades do Governo. É desconhecer o funcionamento das instituições europeias e dos compromissos que são tomados ao nível do Governo querer rever programas de estabilidade e crescimento”, disse.

Lembrou, a propósito, que Durão já reconheceu que é necessário apostar no défice zero em 2004.

Para o líder do PS, “o simples facto da questão do défice ter sido colocada pela Comissão relativamente à Alemanha e a Portugal já teve os seus reflexos no ponto de vista das opiniões públicas europeias e, nomeadamente, destes dois países”.

“O que me parece mais importante é retirar as conclusões práticas positivas da análise conjunta que é feita entre a Comissão e Portugal na necessidade de não haver demagogias em matéria de despesa e de impostos visto que estamos a menos de cinco semanas de eleições e é muito importante que o país e os principais partidos demonstrem que não se deixam cair em tentações demagógicas do lado da despesa e do lado da receita”.

Ferro Rodrigues referiu ainda que estava em Bruxelas para “limpar a imagem” de



**Ferro Rodrigues deslocou-se na segunda-feira a Bruxelas e Madrid, onde se encontrou com Romano Prodi e José María Aznar, respectivamente. No encontro com o presidente da Comissão Europeia, o líder do PS garantiu que Portugal vai cumprir os objectivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento e alcançar o défice zero em 2004 e procurou afastar a má imagem sobre o nosso país deixada por Durão Barroso, enquanto na reunião com o chefe do Governo espanhol, manifestou a sua intenção de aprofundar as relações entre os dois países.**

preocupação com a situação económica portuguesa deixada, há semanas, pelo líder do PSD.

“É inusitado e surpreendente em termos de interesses nacionais. Felizmente, apesar de tudo isso, a credibilidade das finanças públicas portuguesas e a credibilidade da República portuguesa em matéria de ‘ratings’ das grandes instituições internacionais permanece intocável”, disse.

## Aprofundar as relações Portugal-Espanha

Depois da reunião de trabalho com Romano Prodi, em Bruxelas, Ferro Rodrigues seguiu para Madrid, onde se reuniu com o chefe do Governo espanhol, José María Aznar.

Num encontro com os jornalistas, no Palácio de Moncloa, no final da reunião com o primeiro-ministro espanhol, o líder do PS referiu que

tinha manifestado a Aznar a sua intenção de “continuar a desenvolver as relações entre os dois países”, que, disse, “registaram um impulso notável nos últimos seis anos”.

A próxima cimeira europeia de Barcelona, em Março, que analisará o cumprimento das conclusões da cimeira de Lisboa, sobre as reformas estruturais e a criação de emprego na UE, foi outro assunto abordado na reunião.

J. C. C. B.

SITE DE CAMPANHA

# PS EXPLICA VANTAGENS DAS FARMÁCIAS SOCIAIS

O PS divulgou um documento, no seu site oficial de campanha, em que explica em detalhe as vantagens das farmácias sociais que Ferro Rodrigues vai criar caso ganhe as eleições. O texto refere os cinco pontos principais que justificam a criação das cem novas farmácias: melhor acesso aos medicamentos, melhor preço, licenciamento a instituições não lucrativas, segurança técnica e emprego de licenciados e complementaridade.

Com esta iniciativa, o PS pretende não só responder à letra à megacampanha de intoxicação e em termos insultuosos lançada pela direcção da Associação Nacional de Farmácias - que não olha a meios para impedir quaisquer medidas de interesse público que possam beliscar os seus interesses - mas também, e principalmente, explicar os benefícios que a criação das farmácias sociais podem trazer para a esmagadora maioria da população, em especial os estratos mais desfavorecidos. Melhor acesso aos medicamentos é a primeira justificação dada pelo PS para que haja mais farmácias sociais. Um funcionamento 24 horas sobre 24 horas, capaz de "facilitar o acesso a este serviço em áreas carenciadas e a grupos mais vulneráveis, como os idosos",

bem como a possibilidade de poderem funcionar junto de IPSS; misericórdias, cooperativas e mútuas ou subsistemas "onde exista concentração de beneficiários" são as vantagens apontadas. O melhor preço é outro dos fundamentos avançados. Segundo o documento, as farmácias sociais podem baixar o preço dos medicamentos, uma vez que poderão vender apenas a dose prescrita pelo médico necessária ao tratamento da patologia do doente, evitando a compra de doses desnecessárias. O texto refere ainda que as farmácias sociais podem optar por vender genéricos sempre que possível, contribuindo assim para a sua generalização. O facto destes estabelecimentos serem



remunerados não em função da quantidade de medicamentos vendidos - vigorando assim o princípio de quanto mais se vende mais se ganha - mas em função de uma taxa fixa por utente - independentemente da quantidade de medicamento fornecido - é outro dos aspectos referidos que, segundo o PS, contribuiria para reduzir o preço dos remédios. Quanto ao licenciamento e funcionamento das farmácias sociais, o documento explica que estas serão atribuídas a entidades não lucrativas - como as misericórdias, as IPSS, as cooperativas, entre outras - e que as licenças não poderão ser transaccionadas.

#### Padrão de qualidade

As farmácias sociais, refere o PS, "terão

obrigatoriamente, como as restantes, direcção por farmacêuticos autorizados e inscritos na respectiva Ordem, assegurando o padrão de qualidade necessário". E isso, segundo realça o documento, permitirá "contribuir positivamente para criar algumas centenas de novos postos de trabalho para farmacêuticos". Por fim, no que respeita à complementaridade, é salientando que a criação de cem novas farmácias sociais apenas tem como objectivo ser um complemento do serviço público que é desempenhado por todas as farmácias. "A sua função será portanto conjugada com o conjunto do sector no respeito pela legítima actividade das farmácias tradicionais e das suas características empresariais", lê-se no texto. J. C. CASTELO BRANCO

## FERRO NO ALENTEJO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, desloca-se hoje, quinta-feira, ao Alentejo onde cumprirá o seguinte programa:

- 9 horas** Visita à Sauber Centro - Fábrica de Cortiça de Ponte de Sor.
- 10.45 horas** Visita à barragem dos Minutos (estrada de Arraiolos-Montemor-o-Novo, a 3 km de Montemor-o-Novo)
- 12.45 horas** Visita ao aterro sanitário da AMCAL-Associação de Municípios do Centro Alentejano)
- 13 horas** Declarações sobre as visitas efectuadas no auditório da Câmara Municipal do Alvito

ELISA FERREIRA AFIRMA

## GOVERNOS PS DERAM MUITO MAIS APOIO AO INTERIOR

A cabeça-de-lista do PS pelo círculo de Braga, Elisa Ferreira, salientou em Cabeceiras de Basto que nenhum outro Governo português deu tanto apoio ao desenvolvimento do interior como o do Partido Socialista.

“Actualmente, 43 por cento das verbas no III Quadro Comunitário de Apoio são geridas pelas regiões”, afirmou, lembrando que, em 1995, a percentagem de fundos destinados ao interior era apenas de 17 por cento do total das verbas comunitárias.

Elisa Ferreira fez no domingo em Cabeceiras de Basto a sua primeira acção de campanha pública, intervindo num almoço de autarcas da região e visitando a Feira da Orelheira e do Fumeiro que decorre no recinto de exposições da vila.

Juntaram-se à cabeça-de-lista do PS/Braga o presidente da Federação de Braga do PS e autarca local, Joaquim Barreto, a presidente da Secção Concelhia, Isabel Coutinho, o presidente da Câmara de Guimarães, António Magalhães, e vereadores e presidentes de junta eleitos pelo partido.

Na introdução ao discurso que proferiu durante o almoço, Elisa Ferreira disse que nada tem contra Durão Barroso, mas afirmou que linha política que o PSD propõe seria “grave para o futuro do país”.

Elisa Ferreira passou em revista a acção do actual Governo em prol do desenvolvimento do interior, sustentando que, “enquanto o PSD fez, sobretudo, estradas a ligar centros



urbanos do litoral, hoje em dia estão a ser rasgadas as ligações às regiões fronteiriças”.

### O exemplo do Alqueva

Lembrou que os fundos comunitários estão a ser investidos de acordo com as características e aptidões de cada região, agrícolas, turísticas ou industriais, acentuando que a barragem do Alqueva é bem a prova de que o Governo do PS quis quebrar com o isolamento secular do Alentejo.

Salientou que foram tomadas outras medidas como a que concede, no presente Orçamento de Estado, incentivos fiscais à fixação de empresas, com diminuição da taxa do IRC para 15 por cento e das contribuições para segurança social, e com a expansão do pré-escolar e do Rendimento Mínimo Garantido.

Prossequindo na defesa da actuação dos governos socialistas, Elisa Ferreira frisou que, se não fosse a acção governamental, o Douro não seria hoje património mundial classificado pela UNESCO, já que - referiu - foi o Governo quem coordenou o processo. Sobre o distrito de Braga, onde é candidata, sublinhou que os investimentos estatais previstos para 2002 são oito vezes superiores aos concretizados em 1995 no tempo dos Governos do PSD.

A anteceder Elisa Ferreira, o dirigente socialista Joaquim Barreto fez o elogio das medidas tomadas em prol do desenvolvimento das terras “esquecidas” do interior.

Apontou, no caso local, a recente assinatura com o Ministério do Planeamento, tutelado por Elisa Ferreira, do Pacto de Desenvolvimento dos Territórios do Baixo Tâmega, que vai trazer 10 milhões de euros de investimento aos diferentes concelhos que o integram, de Cabeceiras a Amarante.



### ELEIÇÕES

## ALBERTO MARTINS CRITICA “OCULTAÇÃO DE LÍDERES E DE PROGRAMAS”

O cabeça-de-lista do PS no distrito do Porto, Alberto Martins, defendeu a necessidade de uma discussão profunda dos principais problemas nacionais durante a campanha eleitoral, rejeitando a “ocultação de líderes e de programas”.

“Não pode haver ocultação de líderes e de programas. Os líderes e os programas devem vir com clareza para a praça pública”, afirmou ontem Alberto Martins numa conferência de imprensa na sede distrital socialista, à margem de uma reunião dos candidatos que integram a lista do PS no círculo eleitoral do Porto.

O encontro, em que participaram cerca de três dezenas de candidatos, teve como principal objectivo iniciar o alinhamento das primeiras medidas e do programa de acção para a campanha eleitoral.

A lista socialista às legislativas será apresentada numa cerimónia marcada para hoje, sexta-feira. O cabeça-de-lista do PS revelou que a campanha eleitoral no Porto vai ser “muito personalizada e de contacto directo” com a população, mas lançou um desafio aos restantes partidos para um debate conjunto sobre “as grandes questões nacionais”. “Este é um momento decisivo para a vida do país, não há lugar a fugas aos problemas, é necessário enfrenta-los”, afirmou, defendendo a necessidade de “um debate político profundo”.

Nesse sentido, Alberto Martins salientou que os socialistas pretendem fazer uma campanha eleitoral “com clareza e transparência”, apelando aos restantes partidos para que “façam o mesmo, de forma a que os eleitores possam saber com o que contam”.



## ASSIS QUER "PRIMÁRIAS" NO PS



Francisco Assis defendeu a realização de "primárias" no PS para escolher os candidatos a deputados, de forma a que processos como o que ocorreu no Porto recentemente não voltem a repetir-se. O líder do Grupo Parlamentar do PS, em entrevista à NTV, justificou esta sua proposta como uma forma de reforçar a democraticidade interna nos partidos, um processo que, segundo Assis, permitiria escolher os melhores e, consequentemente, aumentar a qualidade média dos parlamentares.

Posteriormente, na mesma estação televisiva, o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, afirmou que a proposta de Assis era interessante e merecia ser objecto de análise e discussão.

### FEDERAÇÃO DO PORTO

## SECÇÃO DE SAÚDE SOLIDÁRIA COM CORREIA DE CAMPOS



A Secção de Acção Sectorial da Saúde do PS/Porto manifestou, num comunicado, a sua "indignação e veemente repúdio" pelas afirmações do dr. Miguel Leão, presidente da Secção Regional do Porto da Ordem dos Médicos, e declarou "toda a solidariedade" ao ministro da Saúde.

Referindo "não ser admissível que alguém aproveite os órgãos e instituições que deveria servir", esta estrutura do PS/Porto considera que "nem os médicos nem os outros profissionais de saúde que integram esta Secção de Saúde se podem rever nas declarações do dr. Miguel Leão, antes as repudiam".

"Não aceitamos, por isso, deturpações das suas declarações, para fins não confessáveis. O ministro nunca declarou algo que ponha em causa os médicos portugueses", referem, no comunicado, os socialistas.

A Secção de Saúde do PS/Porto sublinha ainda que, enquanto presidente da Secção Regional da Ordem dos Médicos, as declarações do dr. Miguel Leão são "inaceitáveis e indignas". Por outro lado, enquanto jogo partidário, as referidas afirmações, "embora arrogantes, são compreensíveis, mas a verdade é que a democracia que ajudamos todos os dias a construir deveria ter tornado obsoletos estes comportamentos desviantes".

### CABEÇA-DE-LISTA AFIRMA

## VITÓRIA DO PS SERÁ BOA PARA A MADEIRA

A vitória do PS e de Ferro Rodrigues nas eleições legislativas nacionais de 17 de Março será "uma boa notícia" para a Região Autónoma da Madeira, afirmou o cabeça-de-lista do PS pelo círculo eleitoral da Madeira, Maximiano Martins.

O candidato socialista fez esta observação no domingo, durante um encontro com militantes da Concelhia do partido de Machico, donde é originário o número dois da lista, padre Martins Júnior. "Se o PS voltar a ser Governo a nível nacional é uma boa notícia para a Região", salientou Maximiano Martins.

Para o ex-responsável do Programa Operacional de Economia, o PS representou para a Região "uma possibilidade de apoios que não foram possíveis de ter no passado com governos do PSD". Martins Júnior lembrou, por seu lado, que Maximiano Martins, desde que foi responsável pelo PEDIP e pelo POE, "já canalizou para a Madeira sete milhões de contos, sem barulho, sem ser preciso insultar seja quem for, no seu silêncio".

"Ele, no seu gabinete em Lisboa, está a fazer muito mais do que a algazarra do PSD aqui na Madeira", concluiu.

Maximiano Martins anunciou neste encontro que o ex-líder do PS-Madeira, Emanuel Jardim Fernandes, é o mandatário da sua candidatura na Região.



## PS/LEIRIA INAUGURA SEDE DE CAMPANHA

O PS/Leiria procedeu ontem à inauguração da sua sede de campanha, situada no piso 4 das galerias Alcrima, na Av. Heróis de Angola, uma sessão que contou com a presença dos candidatos do PS às eleições para a Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Leiria.

Entretanto, a Federação do PS/Leiria instalou já um Gabinete de Imprensa para que a Comunicação Social do distrito melhor possa acompanhar as actividades de campanha.

Para além dos números de telefone e de fax da Federação, este Gabinete passará ainda a contar durante este período com o seguinte número de telemóvel: 916195635.





ANA CASTILHO

# RECUSAR O CINZENTISMO

**O motivo que a levou a inscrever-se na JS e no PS foi ter encontrado na família socialista o apego aos princípios e valores em que acredita firmemente. Igualdade, fraternidade, solidariedade, justiça social e fé na democracia enquanto o melhor regime político idealizado pela humanidade são as pedras de toque do nosso ideário que guiaram Ana Castilho até ao n.º 2 do Largo do Rato.**

Mas, acreditar só não chega, e a "Catucha" – como é conhecida no círculo mais íntimo –, não se limitou a assinar a ficha de adesão. "Queria participar, porque julguei ser importante dar o meu contributo", disse, em tom decidido, lembrando as primeiras colaborações nas campanhas eleitorais. E porque militância passa também por intervenção no quotidiano do partido, Ana Castilho não hesitou em associar-se ao projecto de criação de um jornal no seio da Juventude Socialista.

A minha participação enquanto militante tem estado bastante ligada ao "Independências", confidencia ao falar do seu desempenho na publicação periódica onde exercita uma crítica social do socialismo e tenta acompanhar de perto o que acontece de relevante na estrutura partidária da JS e do PS, bem como as ocorrências marcantes na vida nacional e internacional.

A consciência política desta jovem militante socialista está, segundo a própria, mais desperta a cada dia que passa, ao mesmo que fica também mais atenta aos desafios das sociedades modernas.

As preocupações da Catucha prendem-se sobretudo com a problemática do aborto, com o flagelo das drogas e com a urgência da integração social dos cidadãos mais desfavorecidos, *dossiers* para os quais reclama estratégias concretas e medidas justas, em sintonia com a realidade actual.

Uma "quotista" convicta

Relativamente à participação feminina na política nacional e partidária, a militante manifestou-se favorável ao sistema de quotas. Sem afastar o mérito como requisito incontornável para o desempenho público, Ana reafirma e corrobora o carácter necessário desta "discriminação positiva" para as mulheres, uma vez que, de outro modo, "as potencialidades e



capacidades femininas serão sempre subaproveitadas no universo político, quer nacional, quer partidário".

Todavia, a jovem socialista não deixou de reconhecer os passos em frente dados durante a governação PS no campo da igualdade, lembrando a criação de uma pasta para o efeito e a crescente preocupação que, desde 1995, tem vindo a ser demonstrada no sentido de criar melhores condições para a participação das mulheres.

E que, ser militante é isso mesmo, "preocupar-

se e dar o nosso melhor, mesmo que seja pouco", levando à prática o que nos indica uma consciência política alerta e responsável.

"É com a participação activa de todos que se alcançam os grandes feitos", afirmou Ana Castilho, apontando como exemplo a figura de António Guterres, que descreveu como "carismático, dialogante, coerente e próximo das bases" enquanto líder partidário, e "envolvido no combate aos problemas das pessoas" na acção governativa. Neste sentido, a jovem não interpretou o resultado das últimas eleições autárquicas de Dezembro como uma penalização ao Executivo do PS.

Para a camarada, o desaire eleitoral foi fruto da "coincidência de situações pontuais" e de toda uma conjuntura, não apenas nacional, que desencadeou nos cidadãos reacções de mudança perante cenários de pré- crise.

Declaradamente orgulhosa da "atitude vertical e coerente" de desapego ao poder evidenciada pelo primeiro-ministro, Catucha defende que, apesar do 16 de Dezembro e de uma certa atitude crítica dos cidadãos face ao Executivo cessante, a maioria da população continua a ver em António Guterres o homem íntegro e competente a quem confiara os destinos de Portugal.

"Vivemos o fim de um ciclo político" e, por isso, "há quem reclame rápidas transformações" para "fazer frente a novos desafios", mas Ana

Castilho não partilha de algum pessimismo que presente, aqui e acolá, quando se fala de 17 de Março.

"Ferro Rodrigues é o melhor sucessor que António Guterres poderia ter", declarou categórica, com a certeza e a determinação de estar disponível para dar o seu contributo na campanha para as próximas legislativas. Adepta de uma estratégia interna que dê mais voz aos militantes de base, a jovem militante alertou para a necessidade de "deixar aparecer caras novas" que façam uma "transição tranquila do passado para o presente, rumo ao futuro".

Nesta matéria e em diversas ocasiões, a Catucha já deixou o seu contributo, trazendo para a JS e para o PS alguns amigos que acabaram por aderir, assumindo a nobre função de "angariadora de simpatias" para o partido e seus valores.

Olhando para o futuro, Ana Castilho afirmou-se disposta e pronta a tratar da imagem do partido enquanto profissional de *marketing* político e não deixou de avançar alguns conselhos à actual direcção socialista.

"É preciso exorcizar o fantasma do pessimismo. Há falta de palavras de ordem, de um dinamismo e um optimismo fluentes num discurso prático, virado para a resolução dos problemas", considerou, mobilizando os socialistas para "recusarem o cinzentismo".

MARY RODRIGUES

## PERFIL

Nome  
**Ana Castilho**

Idade  
**21 anos**

Profissão  
**Estudante universitária**

**Militante da JS e do PS desde 1999**

ALQUEVA

# SÍMBOLO DO PORTUGAL MODERNO

**Passavam oito minutos do meio dia quando o primeiro-ministro deu ordem, via rádio, para o encerramento das comportas da barragem de Alqueva, iniciando assim o enchimento daquele que será o maior lago artificial da Europa.**

**Guterres, de capacete, fez história perante 700 convidados, entre governantes e ex-governantes, autarcas, sindicalistas, técnicos e jornalistas. O mito com quase meio século de vida é agora uma realidade concreta. O projecto âncora do desenvolvimento do Alentejo está em marcha. Mais uma promessa cumprida.**

Um "símbolo do Portugal moderno". Foi assim que António Guterres classificou o empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, no passado dia 8, durante a cerimónia de encerramento das comportas da barragem, em que prestou homenagem a todos aqueles que, desde 1957, "trabalharam e lutaram" para a concretização do projecto.

Com dedicatória especial a Faria Ferreira, o engenheiro que coordenou o grupo de trabalho que em 1957 projectou o plano de rega do Alentejo, Guterres enalteceu ainda o "compromisso de solidariedade nacional" que permitiu o empreendimento. Recordando que, durante décadas, o Alentejo foi condenado, pelo escasso investimento público na região, ao empobrecimento, ao despovoamento e à desertificação, o primeiro-ministro referiu ter sido necessária uma ruptura. De seguida, lembrou a decisão de 1996 que fez avançar as obras de Alqueva, numa altura em que, acentuou, "não estavam ainda garantidos os financiamentos comunitários".

Certo de que "a água será o recurso natural estratégico de maior importância no

século XXI", o governante salientou ainda a cooperação com Espanha no aproveitamento dos rios internacionais, destacando igualmente a importância do Plano Nacional da Água.

No final da cerimónia de encerramento de comportas, Guterres, acompanhado pelos ministros do Ambiente, Planeamento, Economia e Agricultura, visitou as obras no paredão e descerrou uma lápide, que registará a data 8 de Fevereiro na história do Alentejo e de Portugal.

José Sócrates, presente em Alqueva, assegurou que neste projecto foi encontrado o equilíbrio de interesses.

"Os autarcas acusam-nos de excesso de zelo ambiental e os ecologistas acusam-nos de falta de cuidados ambientais. Estamos no meio, onde está a virtude", afirmou, aproveitando a ocasião para sublinhar o facto de, pela primeira vez, existirem "planos de ordenamento antes de haver albufeira".

Sócrates destacou ainda o contributo que a barragem vai dar ao "desenvolvimento do Alentejo" e considerou o projecto de "importância nacional".

Por seu turno, o ex-ministro do Equipamento João Cravinho disse ser aquele "um dia de grande alegria" que "prova que o interesse nacional é determinado em Portugal", pois "o projecto de Alqueva era condição essencial para que o Alentejo se abrisse ao futuro".

**Revolução agrícola nos campos do Sul**

Com avanços e recuos a marcar a construção da barragem, idealizada nos anos 50/60, o fecho de comportas de Alqueva marcou o arranque do aproveitamento dos recursos hídricos do rio Guadiana.

Os primeiros enchimentos da albufeira e a realização de testes de segurança, primeiro à cota 115 e, posteriormente, à cota 130, foram, desta forma, viabilizados.

Só depois do Outono, com a conclusão das obras finais no paredão, a barragem poderá iniciar a fase de enchimento à capacidade máxima (cota 152).

A constituição de uma "reserva estratégica de água" surge como primeiro objectivo

## ALQUEVA EM NÚMEROS

250 quilómetros quadrados de área	687 mil metros cúbicos de betão
24 mil hectares de área abrangida	1 milhão de tijolos
458 metros de desenvolvimento do coroamento	51 mil litros de tinta
2 circuitos hidráulicos	225 novas habitações construídas
1 descarregador de fundo com capacidade para 160 mil litros de água por segundo (70 metros)	16 equipamentos colectivos
2 descarregadores de meio fundo com capacidade para deixar passar 1750 metros cúbicos de água por segundo (96 metros)	40 quilómetros de novas estradas
3 descarregadores de superfície com capacidade para 2100 metros cúbicos de água por segundo (136 metros)	5 novas pontes construídas
	17 equipas de arqueólogos no terreno

## ALQUEVA EM OPORTUNIDADES

- Reserva estratégica de água, atendendo à irregularidade do rio Guadiana e aos períodos de seca no Alentejo
- Alteração progressiva do modelo de especialização da agricultura no sul do País
- Produção de energia hidroeléctrica suficiente para abastecer uma cidade com 180 mil habitantes
- Criação de potencialidades turísticas para os concelhos abrangidos pela albufeira, que se estenderá por 83 quilómetros, com um espelho de água com 250 quilómetros quadrados e com margens a ultrapassarem os mil quilómetros de extensão
- Dinamização do mercado de emprego regional
- Forte incentivo ao universo empresarial alentejano



do empreendimento que deverá contribuir também para o desenvolvimento de uma nova agricultura, com base em técnicas de regadio.

O Alentejo sofrerá, assim, uma autêntica "revolução" agrícola até 2025, com os 110 mil hectares de novos regadios do projecto do Alqueva.

Numa região com cerca de dois milhões de hectares de superfície agrícola utilizada, este megaequipamento de rega vai provocar, segundo a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (EDIA), uma profunda alteração do modelo de especialização agrícola no sul do País.

Distribuído por três subsistemas (Alqueva, Pedrógão e Ardila), o Sistema Global de Rega integra 680 quilómetros (km) de canais da rede primária e 4.400 km das redes secundária e terciária.

O subsistema do Alqueva (margem direita do rio Guadiana) vai ter 71 mil hectares regados por bombagem a partir da albufeira mãe, dos quais cerca de oito mil relativos ao bloco do Alto Alentejo.

Outros 29 mil hectares deverão ser distribuídos pelo subsistema do Pedrógão (margem direita do Guadiana), enquanto que o do Ardila (margem Esquerda do Guadiana) terá 11 mil hectares – poderá ser aumentado até 28 mil –, sendo ambos regados por bombagem na albufeira do Pedrógão, a construir durante 2002.

Os perímetros de rega já existentes (12 mil hectares) vão ser reforçados, encontrando-se também prevista a construção de 17 barragens intermédias e 18 estações elevatórias, aumentando progressivamente o número de hectares de regadio – de dois mil hectares em 2002 para 26 mil em 2006.

#### Nova Luz, nova vida

Em declarações recentes, o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, alertou para os novos comportamentos que os agricultores deverão assumir face às exigências decorrentes das mudanças radicais provocadas pelos regadios no tipo de agricultura regional praticada no Alentejo.

Neste contexto, o Governo do PS preparou "medidas incentivadoras da rega", consubstanciadas num pacote assente em três pilares: a criação de um banco de terras, de um fundo de regularização da terra e a possibilidade de o Estado ter o direito de preferência na compra de propriedades.

A par destas medidas, o Executivo socialista conta ainda aplicar um conjunto de prémios e penalizações aos agricultores – através de legislação já existente e de novas penas progressivas –, por forma a premiar os que fizerem bom uso da terra e punir os que não a aproveitem para regadio.

Associados à construção da barragem de Alqueva estão, pois, uma série de custos marginais, dos quais se destacam os sociais,

com especial atenção para a transferência para uma nova aldeia dos 400 habitantes da Luz, concelho de Mourão.

As preocupações ambientais do empreendimento estão também na ordem do dia, pelo que a EDIA conta com a aplicação das medidas constantes no Plano de Minimização e Compensação de Impactos Negativos sobre o Património Natural, iniciado em 1999.

O conhecimento científico sobre as espécies e *habitats* da área da albufeira, obtido com os estudos elaborados desde 1999, permitiu estabelecer condicionantes para a desmatização e a desborborização da área a submergir, um processo de limpeza de toda a massa vegetal passível de decomposição sob as águas e que configuram perigo físico no usufruto do

espelho de água.

Pretende-se, portanto, salvaguardar a qualidade da água da albufeira e a segurança de pessoas e bens que utilizarem a albufeira.

Recorde-se que o Alqueva funcionará como reservatório principal do sistema ("mãe d'água"), alimentando outras barragens e estações elevatórias.

Em situações limite, a prioridade de Alqueva será o abastecimento público de água e a manutenção dos caudais ecológicos do Guadiana. Só depois, será assegurada a componente agrícola e de produção de energia eléctrica.

Durante 2002, segundo a EDIA, decorrerão os trabalhos ao nível da central hidroeléctrica, descarregadores de superfície e fundo, coroamento da

barragem e desmontagem de estaleiros, entre outros, prevendo-se que a partir do fim do próximo Verão e início do Outono esteja operacional o atravessamento, por estrada, da barragem de Alqueva.

A partir do Outono deste ano, após operacionalização das comportas de superfície, o Alqueva estará em condições de completar o seu enchimento, à cota 152, e entrar em produção de energia eléctrica em 2003, se o nível de armazenamento de água o permitir.

No final desta empreitada estarão investidos cerca de 433,2 milhões de euros (87 milhões de contos). O empreendimento de fins múltiplos implicará, até 2025, um investimento total de 1.800 milhões de euros.

MARY RODRIGUES

## ALQUEVA EM DATAS

**1955** Início dos estudos do Plano de Rega do Alentejo, que envolve a bacia hidrográfica do Guadiana

**1957** Primeiras referências ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

**1965** Primeiro estudo sobre a barragem do Guadiana

**1968** Celebração do Convénio Luso-Espanhol para utilização dos rios internacionais

**1974** Projecto suspenso com o 25 de Abril

**1975** Realização do projecto aprovada em Conselho de Ministros

**1976** Obras preliminares de apoio ao empreendimento

**1977** Início das obras em Alqueva

**1978** Interrupção das obras

**1980** Retoma dos trabalhos é objecto de resolução de Conselho de Ministros

**1984** O primeiro-ministro, Mário Soares, determina que a EDP reanalise o projecto Alqueva na sua vertente de produção energética

**1985** Realização de um estudo de impacte ambiental

**1991** Jorge Sampaio afirma que um dos objectivos do PS no Governo é a viabilização comunitária do projecto da barragem do Alqueva no prazo de seis meses

**1992** Avaliação global de impacte ambiental da componente hidroeléctrica. Comunidade admite co-financiamento do Alqueva, se este se provasse necessário ao desenvolvimento do Alentejo

**1993** Decisão do Conselho de Ministros para retoma do empreendimento. Criação da Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva (CIEA)

**1994** Estudo integrado de impacte ambiental

**1995** Criação da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA, SA). Sessão pública para licenciamento da barragem. EDIA e Câmara Municipal de Mourão assinam protocolo de cooperação visando a construção da nova Aldeia da Luz. Reinício dos trabalhos em Alqueva

**1996** Governo socialista decide "avançar inequivocamente com o projecto Alqueva" com ou sem financiamento comunitário. Adjudicação da empreitada principal de construção civil da barragem

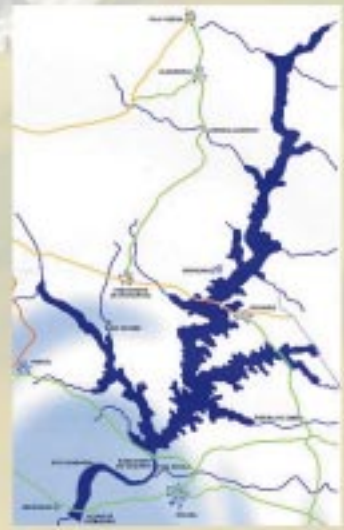
**1997** Integração no QCA 94/99 do Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona de Alqueva (PEDIZA), consolidado o envolvimento comunitário no empreendimento

**1998** Primeiras betonagens na albufeira de Alqueva

**1999** Adjudicação da empreitada de construção das habitações e comércio da Nova Aldeia da Luz

**2000** Adjudicação da empreitada para a execução do primeiro bloco do Sistema Global de Rega de Alqueva

**2002** Governo encerra as comportas para a primeira fase de enchimento do maior lago artificial da Europa – a albufeira de Alqueva



VISTO DE BRUXELAS

# O SEGREDO BEM GUARDADO!



MANUEL DOS SANTOS

Em Novembro do ano passado foi publicada uma obra de investigação – “Portugal Europeu?” – da autoria de dois distintos professores da Universidade Católica. Ainda antes de chegar à apreciação do público, esta obra foi objecto de discussão e consequente divulgação em diversas sedes e nomeadamente na comunicação social. Eu próprio tive a oportunidade de ser confrontado com algumas das suas conclusões, numa altura em que, pude perceber, nem eu nem o jornalista que me interrogava tínhamos tido possibilidade de aceder ao livro.

A que se deve então aquele sucesso mediático da obra “Portugal Europeu?” Deve-se, essencialmente, à conclusão que os autores retiraram e o livro contém que “Portugal tem hoje os mais baixos salários da Europa e simultaneamente os preços mais elevados do espaço europeu”.

Conclui ainda o livro que, a manterem-se as actuais condições de crescimento económico, Portugal nunca atingirá a média de desenvolvimento europeu e será mesmo ultrapassado pela Grécia no ano 2008.

Em suma, para os distintos autores, vivemos num autêntico inferno, confrontamo-nos com um problema sem solução... estamos em vias de ser considerados um país africano do 3.º Mundo.

Apesar de evidência empírica dos portugueses pouco coincidir com estas catastróficas profecias não há dúvida que o livro, até pela eficácia do marketing com que foi lançado, atingiu alguma notoriedade.

Curiosamente na mesma altura da divulgação desta teoria, surgiram dados objectivos das instituições europeias que puseram completamente em crise as conclusões dos autores, quer no domínio da evolução do nível de vida e dos rendimentos quer no que respeita à reclamada convergência real da economia. Contudo, tais afirmações (assentes em dados objectivos e inquestionáveis) foram praticamente ignoradas e esquecidas. Estaremos perante uma manifestação típica do “fado” português que se compraz em realçar desgraças em vez de exaltar realizações? Talvez.

O livro “Portugal Europeu?” é obviamente um livro estimável, mas não é de forma alguma um livro credível e cientificamente neutral.

Muitas das suas conclusões são indevidas ou porque são fundamentadas em insuficiência de dados ou porque são usadas series estatísticas que não se encontram elaboradas de forma homogênea e comparável.

**Incapazes de elaborar um programa alternativo de transformação estrutural do sistema produtivo nacional e do seu ambiente de enquadramento e colocados perante a necessidade eleitoral da negação absoluta e inconsequente de tudo o que foi feito nos últimos anos, resta aos quadros do PSD preparar um modelo liberal de subordinação do interesse nacional e do futuro dos portugueses, às leis mais injustas do mercado.**

O erro mais grosseiro, que está aliás na origem da bombástica conclusão sobre o nível de vida dos portugueses, tem a ver com a utilização discricionária de dados apresentados em obediência a critérios de natureza cambial ou de paridades de poder de compra (conforme dá mais jeito), sem qualquer tipo de harmonização e ajustamento.

Um dos autores da obra referida é o Prof. Miguel Frasquilho da Universidade Católica. Sabe-se agora, 3 meses após o lançamento do livro, que o Prof. Miguel Frasquilho é o responsável do PSD para a elaboração do programa económico a apresentar nas próximas eleições.

O Dr. Miguel Frasquilho é, de igual modo, um dos cabeças de lista do PSD no próximo acto eleitoral.

É pois legítimo que o passemos a apreciar nesta sua nova condição, esquecendo, generosamente, a coincidência da publicação da “sua obra” com o novo rumo que resolveu dar à sua vida.

O futuro deputado esteve recentemente na televisão.

Retive duas ideias:

- O PSD quer os funcionários públicos sob a tutela do Ministro das Finanças.
- Portugal só pode atrair investidores estrangeiros se oferecer melhores condições que os nossos competidores.

É óbvio o que se pretende com a 1ª afirmação.

Reforçando o papel do Ministro das Finanças sobre a função pública (papel que aliás sempre existiu e tem vindo nos últimos anos a reforçar-se), aponta no sentido de identificar, à custa de quem e de quais sectores vai ser obtido o reclamado equilíbrio orçamental. Preparem-se pois os trabalhadores da função pública para os tempos que aí vêm, caso o PSD ganhe as eleições, porque, sendo natural que alguém viesse a pagar a factura do abaixamento do IRS (para os mais ricos) e do IRC (para as escassas empresas que ainda o pagam), foi a estes trabalhadores que saiu a fava.

A 2ª conclusão é contudo mais grave.

O responsável do PSD retoma a tese do miserabilismo nacional e sobretudo assume a atitude dos que estão dispostos a transformar Portugal num paraíso para todo e qualquer investidor.

O que está em causa é, no fundo, a reclamada questão da competitividade de que o PSD tanto fala.

Incapazes de elaborar um programa alternativo de transformação estrutural do sistema produtivo nacional e do seu ambiente de enquadramento e colocados perante a necessidade eleitoral da negação absoluta e inconsequente de tudo o que foi feito nos últimos anos, resta aos quadros do PSD preparar um modelo liberal de subordinação do interesse nacional e do futuro dos portugueses, às leis mais injustas do mercado.

Para o PSD se a Europa cobra 30, nós devemos cobrar 20; se os europeus recebem 40 nós só poderemos pagar 15 e assim sucessivamente.

Com esta atitude não há dúvida que a conclusão do livro do futuro deputado do PSD, que aponta para a impossibilidade de Portugal atingir o nível médio da Europa, rapidamente se concretizaria.

Competitividade é para o PSD cobrar menos impostos, pagar salários mais baixos, despedir funcionários públicos, deixar de prestar serviços essenciais à população no domínio social, paralisar investimentos e tornar a legislação laboral mais flexível.

Em suma, competitividade é para o PSD transformar o País, no espaço residual onde os investidores estrangeiros só apostam porque aí encontram um autêntico oásis económico para os seus negócios.

O esforço na educação e na formação, a reforma da Administração Pública, a qualificação dos cidadãos, a estabilidade das instituições democráticas, o respeito institucional, a luta contra a iniquidade fiscal, a utilização das políticas públicas como elementos essenciais de progresso económico e bem estar social, a garantia ao trabalho respeitável e estável, a melhoria das acessibilidades, em suma, o desenvolvimento sustentável, não são prioridades para o PSD.

Estamos pois, nas próximas eleições, perante uma escolha de contornos bem definidos. De um lado o PSD, com as suas propostas neo-liberais e a crença absoluta e irracional na “mão invisível” do mercado; do outro lado o PS, com uma política orientada para a satisfação colectiva e para o social mas simultaneamente reguladora da melhoria e da qualidade do sistema produtivo nacional no quadro de um espaço económico aberto e muito competitivo, ou seja, que não perdoa nem admite erros ou hesitações.

Sobretudo não admite nem perdoa os aventureirismos que o PSD propõe ao país.

AMBIENTE

# POLIS DE TOMAR: ANCORAR A CIDADE AO NABÃO

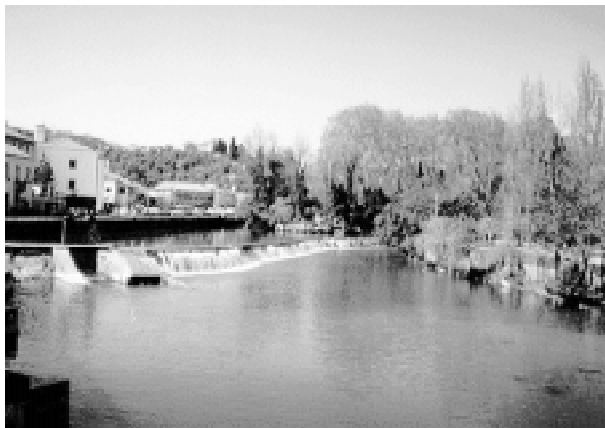
**Travar a "hemorragia demográfica" e permitir que o Médio-Tejo se lance de novo no desenvolvimento, tendo a cidade dos Templários como um dos principais pólos urbanos de atracção, são os principais objectivos do Polis de Tomar.**

Com o projecto de recuperação das margens do rio Nabão, que será apoiado pelo programa, pretende-se fazer de Tomar um espaço agradável e suficientemente atractivo para impedir a desertificação da população em geral e dos quadros superiores em particular. Presente, sábado passado, na cerimónia de criação da empresa TomarPolis, que vai gerir todo o projecto, o ministro do Ambiente, José Sócrates, salientou que este programa vai permitir a requalificação em larga escala dos centros urbanos escolhidos.

Estes projectos são fundamentais para a "afirmação de uma nova política das cidades", que pretende melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e requalificar o "paradigma urbano das cidades portuguesas, em ordem a torná-las mais competitivas".

No caso de Tomar, a aposta passa por "devolver o rio Nabão à cidade e voltar a cidade para o rio, valorizando aquilo que é a âncora ambiental da cidade é uma operação da maior importância para a qualidade de vida das pessoas", afirmou Sócrates.

"Não queríamos resolver todos os problemas das cidades com o Programa Polis", disse o ministro, considerando que este projecto "tem a ambição de definir uma estratégia e uma política e animar todos aqueles que têm



responsabilidades" no sentido da requalificação urbana.

"Há hoje a consciência que a política de cidades deve ocupar o seu espaço nas políticas pelo Estado e das autarquias com vista a melhorar a qualidade de vida das pessoas", destacou o governante.

Por seu turno, o secretário de Estado do Ambiente, Rui Gonçalves, disse que o Polis de Tomar "é um exemplo" daquilo que devem ser estes programas de requalificação urbana.

Sem querer ser "faraónico", o Polis de Tomar está estruturado em torno do rio, tornando-o num "centro de atracção" do desenvolvimento futuro da cidade.

Relativamente à desertificação, manifestou o desejo de que a cidade dos Templários

recupere alguns dos habitantes que perdeu, considerando que a sua capacidade de atracção de pessoas vai depender em muito do bom êxito do Polis, enquanto projecto de recuperação da qualidade de vida dos cidadãos.

## Movimento Polis

Os Polis criaram um "movimento" social nas cidades para recuperar a qualidade de vida urbana. O programa específico para Tomar envolve um investimento de 20 milhões de euros para requalificar as margens do rio Nabão.

Este projecto tem como objectivo transformar toda a zona ribeirinha num espaço de lazer, um centro cultural que vá desde o Açude de

Pedra ao Flecheiro, unindo as zonas velha e nova da cidade.

O Polis de Tomar compreende a construção de uma ciclovia e passeios pedonais em toda a extensão do rio no troço que atravessa a cidade, um centro de interpretação e monitorização ambiental, um parque verde com cerca de 50 mil metros quadrados e um novo pavilhão gimnodesportivo.

Além disso, no Polis está prevista ainda a requalificação de toda a envolvente do estádio municipal, a construção de um estacionamento subterrâneo para 250 automóveis e o realojamento das 42 famílias de etnia cigana que ocupam um bairro degradado na zona do Flecheiro.

Paralelamente, vão ser construídos novos ramais de saneamento para ligar à Estação de Tratamento de Águas Residuais, de modo a retirar do rio Nabão os efluentes domésticos e industriais.

Com a construção do IC9 (entre Tomar e Leiria) e IC3 (entre Tomar e Coimbra), o concelho deverá reunir condições para atrair mais população e mais empresas.

Todas estas obras envolvem um investimento de 20 milhões de euros, compartilhado em cerca de 75 por cento pelo Polis, cabendo o restante à autarquia e a outros parceiros.

A criação da empresa TomarPolis, gestora do projecto, vem agilizar todo o processo de contratação da obra e permite encurtar em muito os prazos, já que não está sujeita à burocracia das Câmaras.

O Ministério do Ambiente vai realizar nas próximas semanas cerimónias idênticas à de Tomar em Silves, Portalegre e Chaves, cidades onde o Polis, pela sua dimensão, vai necessitar de ser gerido por uma empresa específica.

MARY RODRIGUES



## REQUALIFICAÇÃO URBANA

# PROQUAL VAI COMBATER EXCLUSÃO NA AMADORA

A localidade da Brandoa, na Amadora, vai beneficiar do Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa - PROQUAL - uma iniciativa apresentada, ontem, pela ministra do Planeamento, Elisa Ferreira.

O PROQUAL visa promover a requalificação de áreas suburbanas degradadas, através da reabilitação do espaço público, do aumento da rede de equipamentos sociais e da dinamização de iniciativas económicas locais.

A Amadora é um dos sete municípios abrangidos pelo programa, que pretende combater o fenómeno de exclusão social e

colmatar uma tendência de redução de assimetrias territoriais, dando ênfase à estabilização da Área Metropolitana de Lisboa e contribuindo para uma maior coesão do território.

O programa de acção do PROQUAL da Brandoa, a vigorar até 2003, prevê um investimento global de cerca de 12,7 milhões de euros (cerca de 2,5 milhões de contos), a que correspondem 20 intervenções.

O PROQUAL enquadra-se na política de requalificação sociourbanística, tendo como instrumentos essenciais a iniciativa comunitária Urban II e o Programa de Valorização das Pequenas Cidades.

**CULTURA**

# IPAE: NOVOS REGULAMENTOS E FUNDO ADICIONAL PARA DANÇA

Finalizado o processo do concurso do Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE), o ministro da Cultura revelou sexta-feira, que cerca de 400 mil euros (80 mil contos) serão reafectados à área da dança.

Numa conferência de Imprensa, em Lisboa, convocada para prestar esclarecimentos sobre os resultados dos concursos de apoio às artes do espectáculo para 2002, Augusto Santos Silva anunciou ter recusado redistribuir a verba pelas estruturas do sector, como o júri da dança tinha proposto, uma vez que a redistribuição "introduziria distorções no modo de financiamento público".

Nos concursos do IPAE para a área da dança, homologados pelo ministro no dia 7, foram seleccionadas sete estruturas para os programas anuais, que vão receber 596.699 euros (119.627 contos), duas estruturas para os festivais, que receberão 38.232 euros (7.664 contos) e dez para os projectos pontuais, com 166.016 (33.283 euros).

O remanescente destinado a esta área, segundo o governante, será aplicado no Departamento da Dança do IPAE, vindo a constituir um fundo adicional para os programas de apoio à dança portuguesa nas áreas da internacionalização, da formação, da cativação de novos públicos, no incentivo a co-produções e outras formas de cooperação no meio.

A verba pode ainda ser utilizada para "estimular criadores cujo valor já foi reconhecido".

Outra das novidades anunciadas por Augusto Santos Silva no âmbito das artes do espectáculo prende-se com os novos regulamentos dos concursos do IPAE, onde se destaca a separação entre apoios a actividades e a investimentos ou a composição mista dos júris, com maioria de Elementos externos ao Instituto.

Na contratualização directa com estruturas



estão previstos dois fundamentos: o mérito artístico e o seu impacto sociocultural das mesmas, fazendo-se a distinção entre subsídios anuais e plurianuais, e dando-se primazia ao primeiro fundamento, bem como à "consistência da gestão".

Foi anunciada também a introdução de um novo concurso de apoio à programação de salas e a transformação do Teatro Camões numa Casa de Dança gerida e programada pela Companhia Nacional de Bailado.

O ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, avançou ainda com uma referência ao processo em curso de renovação do protocolo com o CRAE - Centro Regional das Artes do Espectáculo - de Viseu, tendo o ministério proposto que este

seja de três anos (2003-2005) e que inclua a possibilidade de acolher outras câmaras municipais da região que se queiram associar. Pretende-se, deste modo, que o CRAE evolua para uma comparticipação equitativa entre o Ministério da Cultura e as autarquias.

**Turismo e cultura aliam-se em Cucufate**

A abertura de um centro para apoiar e receber as visitas nas ruínas romanas de S. Cucufate selou a aliança entre o sector turístico e a o *dossier* cultural do País.

Na cerimónia de inauguração do Centro de Acolhimento e Interpretação do Sítio

Arqueológico, o ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, destacou a política seguida pelo Governo de preservação e valorização patrimonial e a sua articulação com a área do turismo.

As ruínas de S. Cucufate, localizadas junto da povoação de Vila de Frades, concelho da Vidigueira, receberam também, além do novo edifício de apoio logo à entrada para o monumento, trabalhos de investigação, recuperação e restauro, qualificação de percursos, sinalética e novos guias informativos.

"A cultura não é nenhum adereço ou coisa lateral, faz parte integrante da nossa vida e do nosso desenvolvimento", afirmou Augusto Santos Silva, defendendo a necessidade de o património ser "usado como um recurso para a contemporaneidade".

Para o governante, "o património é um recurso essencial para pensar o presente e construir o futuro".

Na cerimónia, que decorreu sábado, dia 9, participaram também o secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, o presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Luís Calado, e o presidente do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (IFAT), Marques dos Santos.

Vítor Neto chamou a atenção para a importância da ligação entre as tutelas da cultura e do turismo.

Mas o secretário de Estado não deixou de alertar para a necessidade de diversificar as iniciativas no sector turístico.

"O turismo não se desenvolve só com a intervenção da administração central e das autarquias, sendo necessário haver iniciativa privada, nomeadamente ao nível da restauração", observou.

MARY RODRIGUES

**OBRAS PÚBLICAS**

# ALARGAMENTO DO IC19 É PRIORITÁRIO

O alargamento do Itinerário Complementar 19 "é o eixo central" das preocupações do Governo em matéria de acessibilidades no concelho de Sintra. A garantia foi deixada no final do encontro, na passada quinta-feira, que reuniu o secretário de Estado das Obras Públicas, o presidente do Instituto de Estradas de Portugal e o edil sintrense.

Segundo Vieira da Silva, "há um consenso alargado de que as acessibilidades de e para Sintra são uma preocupação".

Neste sentido, o governante afirmou que "já se entrou na etapa final da concessão do IC16/IC30", troços alternativos ao IC19.

"Esta concessão tem mais de 70 quilómetros e, quanto ao IC16, irá haver uma parte com



portagem que tem a ver com a existência de alternativas não portajadas, ou seja, o IC19", disse o secretário de Estado.

Vieira da Silva afirmou ainda que as circulares do Cacém deverão ser inscritas nas verbas do PIDDAC 2002, sendo urgente, para já, a resolução do parecer de desconformidade de impacto ambiental da Circular Nascente, para que as obras desta via se iniciem ainda este ano.

O estudo de viabilidade do alargamento do IC19 até Ranholas já foi adjudicado e deverá ficar concluído no primeiro semestre deste ano, assegurou, por seu turno, Pedro Serra, presidente do IEP.

Serra referiu que "o alargamento da via é um

trabalho muito complexo por se tratar de um troço extremamente condicionado pela construção".

"Se optarmos pelo alargamento lateral terá de haver expropriações vultuosas", declarou, acrescentando, no entanto, que outras possibilidades estão a ser estudadas.

Uma das soluções passa pela construção em altura. Isto é, um novo tabuleiro construído por cima do actual IC19.

O encontro entre governantes e autarca serviu também para avaliar o alargamento e beneficiação das estradas nacionais 249-3 e 249-4, as acessibilidades à Casa das Selecções e a variante A EN9.

M.R.



CONTAS CONTROLADAS

# PORTUGAL CREDIBILIZADO EM BRUXELAS

A reafirmação do compromisso português de conduzir as finanças públicas ao défice zero em 2004 e do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, como, aliás, prometeu Ferro Rodrigues na Convenção do PS, impediu que se verificasse o alerta formal de Bruxelas. Este compromisso foi um dos pontos focados pelo secretário-geral do PS nas reuniões que manteve esta semana com Romano Prodi e José Maria Aznar, junto de quem defendeu a credibilidade das finanças públicas portuguesas.

Para Guilherme d'Oliveira Martins, "um país como Portugal sai claramente credibilizado neste processo" na medida em que os Quinze fizeram uma apreciação muito positiva da política orçamental portuguesa. Segundo o ministro das Finanças, em declarações aos jornalistas na passada terça-feira, dia em que se reuniu o ECOFIN, "o facto de em 2001 termos conseguido um aumento da despesa corrente que foi o menor dos últimos quinze anos constituiu o factor decisivo".

Portugal, bem como a Alemanha, garantiram aos seus parceiros comunitários que o valor de referência de três por cento para o défice público, previsto no programa de estabilidade,



não será ultrapassado.

O compromisso português foi no sentido de o Governo monitorizar de perto o desenvolvimento orçamental em todos os níveis em 2002, de implementar o programa orçamental, de utilizar qualquer espaço

orçamental para reduzir o défice, e a que qualquer diminuição da receita, para além da que possa ser explicada por uma diminuição do crescimento, deve ser complementado por medidas adicionais.

Guilherme d'Oliveira Martins considerou

indispensável a "aprovação de uma de estabilidade orçamental" que permita co-responsabilizar os diferentes sectores da administração.

No documento firmado em Bruxelas pelos ministros das Finanças dos Quinze, o Governo responsabilizou-se por atingir o equilíbrio em 2004 e reduzir o rácio da dívida.

O Conselho aprovou também a recomendação relativamente ao programa português de estabilidade, considerando-o realista e adequado no que toca às medidas propostas. Sobre esta matéria, o Presidente Jorge Sampaio, em declarações à BBC, no decurso da visita de Estado à Grã-Bretanha, defendeu que o pacto de estabilidade "não pode ser ferido nos seus princípios, mas é preciso haver flexibilidade na sua aplicação".

O comissário europeu Pedro Solbes, autor da proposta de alerta, sobre a decisão do Ecofin, afirmou que "o Pacto de Estabilidade foi respeitado. A Comissão propôs uma iniciativa, o Conselho reagiu a essa iniciativa".

Por sua vez, o presidente do Banco Central Europeu, Wim Duisenberg, considerou que o acordo alcançado no Ecofin reforça o Pacto de Estabilidade e Crescimento da zona euro.



Canalizar verbas para pagar aos pescadores que não têm lugar na nova actividade das embarcações onde trabalhavam foi a proposta feita pelo Governo português à Comissão Europeia numa tentativa de protecção social a cerca de uma centena de profissionais excedentários.

Os pescadores que fainavam em Marrocos e vão ficar sem trabalho, por serem excedentários no novo tipo de pesca dos seus barcos, poderão receber um subsídio de 2400 contos, segundo avançou, na passada sexta-feira, o secretário de Estado das Pescas, José Apolinário.

Recorde-se que os barcos que pescavam ao abrigo do acordo entre a União Europeia e Marrocos tinham entre 35 e 40 pescadores cada um. Uma das soluções encontradas para algumas destas embarcações foi a pesca de palangre, onde são apenas necessários entre 12 a 15 homens por barco, significando isto que há um grupo de pescadores excedentários que ficam desempregados. A maioria destes

casos concentra-se em Sesimbra.

Avisados da possibilidade da atribuição dos 2400 contos, os armadores e tripulação têm agora de encontrar uma forma de definir quem são os pescadores que se manterão a trabalhar e quais os que deixam de ser necessários. Se não conseguirem um acordo, o secretário de Estado das Pescas não exclui a criação de um conjunto de critérios para aquela selecção. O primeiro passo para tentar resolver a situação dos pescadores excedentários foi o pedido de aprovação da parte da Comissão Europeia à ajuda.

Com a carta branca de Bruxelas, proceder-se-á à publicação de um despacho normativo e às candidaturas por parte dos interessados.

Entretanto, José Apolinário manifestou claramente a impossibilidade de os pescadores receberem o subsídio de desemprego e a ajuda de 2400 contos em simultâneo.

A reconversão da frota portuguesa que pescava em Marrocos vai custar três milhões de contos,

## PESCAS

# GOVERNO PROTEGE PESCADORES EXCEDENTÁRIOS

dos quais 2,1 milhões de contos virão de Bruxelas. O restante terá origem em verbas nacionais ou serão fundos comunitários já atribuídos.

As 34 embarcações afectadas, correspondendo a cerca de 560 pescadores, já têm o futuro traçado. Assim, 15 destes barcos vão para a pesca de palangre de superfície, dois têm licença para palangre de fundo, 11 optaram pela imobilização definitiva, ou abate à pesca, três serão modernizados e mais três trabalham em sociedades mistas.

### Piscicultura e qualidade ambiental

Outra vertente prioritária para a tutela das Pescas é a piscicultura e a compatibilização desta com o desígnio da qualidade ambiental. Neste sentido, O Instituto de Investigação e do Mar (Ipimar) está a desenvolver um projecto de produção de douradas e linguados em tanques construídos a partir de antigas salinas, no Parque Nacional da Ria Formosa.

A iniciativa foi orçada num total de 470 mil contos, um investimento financiado por fundos

comunitários, tendo ainda como parceiro o Ministério do Ambiente.

Para além das douradas e dos linguados, também está prevista a criação de corvinas e sargos, espécies indígenas que registam um acentuado crescimento na procura.

O projecto piscícola, que se prevê esteja concluído antes do fim deste mês, implica a execução de obras de engenharia que, segundo responsáveis do Ipimar, "não causam impacto ao nível do ecossistema", apesar do grande movimento de máquinas e camiões na zona das salinas de Ria Formosa.

A Estação Experimental de Piscicultura de Olhão funcionará à escala pré-industrial, ficando demonstrada, deste modo, a viabilidade da aquacultura.

O Ipimar desenvolve, no Algarve, há já algum tempo, projectos nesta área, de onde ganham relevo os recifes artificiais, mas o campo experimental de piscicultura surge como "grande empreendimento, aliando desenvolvimento tecnológico e investigação de rosto ambientalista.

M.R.



**Jorge Sampaio deslocou-se ao Reino Unido em visita de Estado.**

**No encontro com o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, onde o futuro da Europa foi o tema dominante, o Presidente da República defendeu uma maior flexibilidade na aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento.**



Falando aos jornalistas, no final de um almoço de trabalho no nº10 de Downing Street com o primeiro-ministro britânico, Jorge Sampaio disse há um consenso na sociedade portuguesa sobre a redução da despesa pública.

"Verifico na sociedade portuguesa que ganha espaço um consenso para uma política orçamental realista e forte e que é necessário uma plataforma de opções correctas relativamente à redução da despesa pública", afirmou.

Só com uma política que permita reduzir a despesa pública, sustentou o chefe de Estado, Portugal poderá "manter-se fiel ao quadro de

**VISITA**

**SAMPAIO EM LONDRES**

influência que existe na União Europeia, nomeadamente ao sistema monetário europeu".

Sampaio defendeu ainda uma perspectiva moderna da antiga aliança com aquele país, para uma estratégia de paz e solidariedade, nomeadamente no prosseguir das operações de manutenção de paz.

Sampaio apontou a Europa como "fonte de inovação, de solidariedade e de bem-estar", sublinhando que, depois dos atentados de 11 de Setembro último nos EUA, os países devem contribuir para uma nova ordem internacional. Tony Blair, por sua vez, identificou o alargamento da União Europeia e a defesa europeia, como os assuntos-chave no plano europeu.

No almoço foi também discutida a importância da Convenção Europeia, tendo em vista a preparação da próxima conferência intergovernamental.

A relação da União Europeia com os EUA e com

a Rússia, as questões do desenvolvimento do continente africano, onde Blair esteve na passada semana, a NATO e a actual situação no Médio Oriente foram outros assuntos abordados no encontro.

Para além de um encontro com a rainha Isabel II, no palácio de Buckingham, destaque ainda para uma recepção oferecida pelo Presidente a várias centenas de portugueses a viver no Reino Unido. Na ocasião, Sampaio apelou à comunidade lusa a votar nas eleições nacionais. "Quero que se inscrevam e que cada vez mais votem", afirmou.

Na sua deslocação ao Reino Unido, Sampaio teve ainda a oportunidade de proceder à inauguração de uma estátua do infante D. Henrique em frente à residência do embaixador de Portugal em Londres, de visitar o atelier de Paula Rego e de condecorar com a Ordem da Liberdade a Amnistia Internacional.

J. C. C. B.



**CRISE DO MÉDIO ORIENTE**

**GAMA DEFENDE REFORÇO DA INTERVENÇÃO EUROPEIA**

O ministro de Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, defendeu uma participação mais activa da União Europeia (UE) na solução da crise do Médio Oriente que passa pela "configuração de um Estado palestino democrático, com boas relações com Israel e uma política de segurança adequada a sua inserção regional".

Esta posição de Jaime Gama foi tomada na reunião informal de ministros de Negócios Estrangeiros da UE sob presidência espanhola, realizada no fim-de-semana na cidade de Cáceres.

O debate da situação do Médio Oriente e seu agravamento com a escalada do conflito israelo-palestino, e a estratégia da União Europeia em relação a esta região foram os temas em discussão no primeiro dia de trabalhos.

O debate teve como base um documento apresentado pela presidência espanhola e duas propostas, uma apresentada há dias por França e outra italiana.

Na reunião ficou decidido que o documento da presidência espanhola será reelaborado com a incorporação dos pontos de vistas expostos pelos diversos ministros, e será debatido de novo na Reunião de Assuntos Gerais dos MNE, dentro de duas semanas, em Bruxelas, quando poderá sair uma proposta mais concreta assumida em conjunto pela UE.

Jaime Gama defendeu que a "UE deve contribuir para o desenho de uma solução para o Médio Oriente", com uma participação mais activa e um maior aprofundamento e definição de suas posições em relação a temas essenciais, como a configuração do Estado palestino, suas relações com Israel, fronteiras definidas, e a segurança.

O ministro português disse que da reunião saiu já uma "clara mensagem no sentido de um reforço do papel da União Europeia desde uma plataforma de manutenção da Autoridade Palestiniana e de Arafat como interlocutores".

Jaime Gama considera que, depois das tentativas de Ariel Sharon de eliminar a Arafat, já se regista uma inflexão, pois o primeiro-ministro israelita não obteve o apoio dos EUA neste seu objectivo. Jaime Gama insistiu que "deve haver uma solução política e sublinhou que a intervenção da UE tem contribuído para moderar algumas posições mais radicais".

Segundo os Ministros, as principais conclusões da sessão e que serão incorporadas no documento da presidência apontam para a insistência em manter no horizonte um processo e uma solução política, afirmação do papel da Autoridade Palestiniana e de Arafat na conjuntura, rejeitando sua eliminação e empenhamento europeu em continuar a dar projecção aos espaços de paz.

Neste contexto, os ministros de Negócios Estrangeiros também analisaram a situação no Irão e expressaram "preocupação pela conduta do governo iraniano em relação ao actual conflito israelo-palestino e pela sua evolução interna".

**COMISSÃO EUROPEIA APROVA**

**PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ENTRE MADEIRA, AÇORES E CANÁRIAS**

A Comissão Europeia aprovou um programa de cooperação transfronteiriça entre regiões ultraperiféricas de Portugal e Espanha, que envolve um financiamento comunitário de 145,1 milhões de euros até 2006. O programa, que também engloba investimentos de 25,6 milhões de euros dos dois países ibéricos, tem por objectivo aumentar o grau de integração entre as regiões dos Açores e Madeira (Portugal) e das Canárias (Espanha).

Ordenamento do território e desenvolvimento urbano e rural, valorização e gestão durável dos recursos naturais e culturais, promoção da cooperação económica e institucional, desenvolvimento dos transportes e comunicações e da sociedade da informação são as áreas abrangidas pelo programa agora aprovado. A gestão do programa "Açores-Madeira-Canárias" fica sob a responsabilidade da Comunidade Autónoma espanhola, ficando a sua execução a cargo de órgãos comuns: um comité de acompanhamento, outro de pilotagem, e uma autoridade de pagamento.

O triângulo formado por aquelas três regiões ultraperiféricas abrange uma superfície de quase 10 mil quilómetros quadrados e uma população superior a dois milhões de habitantes.

Há elementos comuns que conferem uma identidade própria e comum às três regiões no âmbito da União Europeia: insularidade, situação ultraperiférica, descontinuidade territorial e escassez de certos recursos naturais.

Contudo, a Comissão reconhece existir um conjunto de potencialidades comuns de desenvolvimento naquele espaço de cooperação transnacional, como sejam a sua riqueza patrimonial, natural, cultural e turística.

**EURODEPUTADAS DEFENDEM**

**NOVAS METAS PARA A POLÍTICA DE COESÃO DA UE**

O segundo relatório sobre a coesão económica e social na União Europeia (UE) foi o tema comum das intervenções que as eurodeputadas socialistas Helena Torres Marques e Elisa Damião efectuaram na última sessão plenária de Estrasburgo.

Falando em nome da Comissão Parlamentar dos Direitos das Mulheres, Helena Torres Marques defendeu a não renacionalização da política de coesão, referida pela eurodeputada como "um pilar essencial para o futuro da integração europeia".

Helena Torres Marques apelou ainda à Comissão Europeia para que "considere a igualdade entre mulheres e homens como parte integrante de tal política, e como condição indispensável para se atingir uma verdadeira coesão entre os Estados-membros".

A eurodeputada Elisa Damião, por sua vez, sublinhou a necessidade de o executivo comunitário "flexibilizar a orientação dos fundos de coesão de acordo com as especificidades de cada Estado, sobretudo na perspectiva do alargamento".

Representando a Comissão da Indústria do PE, a eurodeputada disse ainda "ser indispensável a conclusão das infra-estruturas europeias em matéria de acessibilidades e transportes, por forma a que se reduzam certos efeitos negativos sobre a competitividade das regiões periféricas".

A não ser assim, advertiu, "o esforço de coesão já feito ficará comprometido".





**O processo de legalização conduzido com base na actual legislação sobre entrada permanência saída e afastamento de estrangeiros permitiu não apenas legalizar a presença mas também integrá-los com sucesso num mercado de trabalho estruturado com os mesmos deveres e direitos, nomeadamente perante a Segurança Social e o Fisco, dos restantes trabalhadores. Obrigou também mais de 20 mil empresas legalizarem a sua situação.**

## IMIGRAÇÃO INTEGRAÇÃO E CIDADANIA

De uma forma tranquila, sem pretender transformar a imigração numa questão fracturante, mas procurando sempre que possível convergências na Assembleia da República, o Governo, a partir de 1995, assumiu-a como uma realidade que tem que ser encarada de frente.

Esse facto é reconhecido por muitos sociólogos da imigração. A própria criação de um Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas foi considerado, por exemplo, por dois ilustres sociólogos, Margarida Marques e Rui Santos como "reconhecendo de facto, o que até então tinha sido relegado para a categoria de "realidade virtual" (in, prefácio a "Migrações Internacionais, Origens tipos e Modos de Incorporação", de Alexandre Portes, Celta 1999).

Deram-se durante este período passos decisivos no reconhecimento dos direitos dos imigrantes de acordo com o estatuto constitucional dos estrangeiros e na adopção de programas e políticas que contribuíram para assegurar a sua integração harmoniosa na sociedade portuguesa.

O Partido Socialista que na oposição se tinha batido pela adopção deste tipo de políticas (vide, "Viver com qualidade, um projecto para a área metropolitana de Lisboa", editado pelo Grupo Parlamentar do PS), desenvolveu no Governo uma política coerente com o que sempre tinha defendido.

Se assim não tivesse sido, seríamos hoje uma sociedade muito menos coesa, teríamos contribuído para o surgimento de uma *etnoclasse* de imigrantes pobres e excluídos e para o desencadeamento de conflitos sociais evitáveis.

Naturalmente que os efeitos perversos da década em que os imigrantes foram tratados apenas numa lógica de segurança, em que as crianças "sem papeis" viram negado muitas vezes o acesso à educação em violação da Convenção dos Direitos da Criança e em que se verificam fenómenos de guetização espacial de imigrantes e minorias étnicas pobres, não desapareceram totalmente. Daí o significado de que se revestiu a consagração no Plano Nacional de Acção para a Inclusão Portugal 2001-2003, do conceito de cidadania social "extensível a todas as pessoas legalmente residentes em Portugal, que postula o direito ao trabalho e a um rendimento mínimo, mas também ao exercício dos direitos cívicos, à cultura, à educação, à habitação condigna e à participação na vida social e cultural, em suma, a uma plena inserção na vida em sociedade".

A criação da nova figura da autorização de permanência, que corresponde a um visto de trabalho excepcionalmente concedido em território nacional veio permitir integrar milhares de trabalhadores (mais de 133.904 até Janeiro de 2002), que se encontravam a trabalhar em Portugal.

O processo de legalização conduzido com base na actual legislação sobre entrada permanência saída e afastamento de estrangeiros permitiu não apenas legalizar a presença mas também integrá-los com sucesso num mercado de trabalho estruturado com os mesmos deveres e direitos, nomeadamente perante a Segurança Social e o Fisco, dos restantes trabalhadores. Obrigou também mais de 20 mil empresas legalizarem a sua situação.

Para assegurar mais e melhor integração destes imigrantes consagrou-se nas Grandes Opções do Plano para 2002 no que se refere ao reforço da cidadania, a promoção dos direitos dos imigrantes detentores de autorização de permanência, tendo em conta o disposto no artigo 15º da Constituição da República, que estabelece o princípio de equiparação de direitos entre os nacionais e estrangeiros.

Uma recente medida extremamente positiva nesta linha foi o despacho do ministro da Saúde, Correia de Campos, que clarificou o direito de acesso à saúde no quadro do SNS, de todos os imigrantes que se encontram legalmente em Portugal, quer os que têm autorização de residência, quer os detentores de visto de trabalho ou de autorização de permanência.

Temos por tudo o que sumariamente referimos motivos para ter orgulho no trabalho realizado em matéria de integração dos imigrantes por parte do Partido Socialista no Governo e na Assembleia da República, mas tudo isso só torna mais necessário continuar a lutar por mais e melhor integração dos imigrantes.

Muito há a fazer para assegurar que os direitos reconhecidos aos imigrantes na Constituição e demais legislação sejam efectivamente exercidos na prática por todos os imigrantes. O horizonte de uma integração de qualidade da imigração terá que ser tornar os imigrantes cidadãos que participem solidariamente com os portugueses na construção de uma sociedade mais justa para todos.



JOSÉ LEITÃO

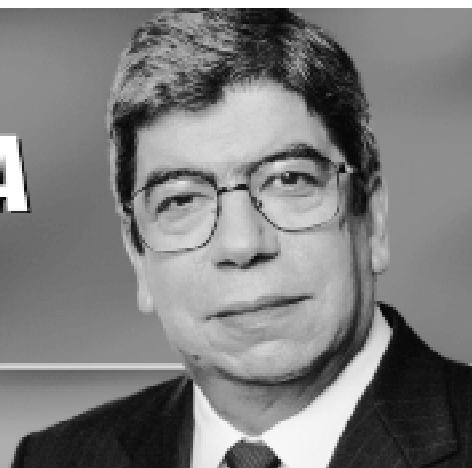
# FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA TODOS OS JOVENS.

www.ps.pt



PS

Ferro Rodrigues



# EM BARCELONA NÃO PASSARÃO!



JOSÉ SARAIVA

É preciso avisar toda a gente: abriu-se a "Caixa de Pandora" para o mundo do trabalho. As fortes correntes capitalistas – chamam-se agora de "neoliberais" – têm esperança de inverter a tendência na União Europeia e desregular o mercado do trabalho e alargar os alicerces do Estado Social.

Expliquemo-nos: o sr. Aznar, apoiado pelo sr. Berlusconi e com o beneplácito do sr. Blair, dispõe já de um documento de trabalho para apresentar à Cimeira de Barcelona, nos dias 15 e 16 de Março. Tanto quanto se sabe das linhas de força do documento, vindas a público, no diário italiano "República" – o tal jornal que tem um nome em homenagem ao "nosso" República do velho e saudoso Raúl Régo – o que se pretende é dinamizar o campo legislativo das relações de trabalho. Ou seja: a Direita europeia quer, simplesmente, acabar com as contratações colectivas, dando a machadada final nas funções primordiais dos sindicatos. Não será fácil. Mas a tentativa em letra de forma existe. E porquê?

O Conselho Europeu de Barcelona pretende analisar o comportamento dos vários Estados-membros na implementação da "estratégia de Lisboa" – a referência aos documentos preparados

Ora, a verdade é que em Barcelona estará ainda António Guterres – o que é uma garantia. Mas, e no futuro? Se, por "obra das urnas" o mediocre e frouxo líder do PSD representar o Estado português, de que lado alinhará? Tenho poucas dúvidas: o seu voto será igual ao dos srs. Aznar e Berlusconi (na Grã-Bretanha, como se sabe, a desregulação é um património, dificilmente, alterado) e se, por desgraça, o sr. Stoiber, no Outono, triunfar na Alemanha, onde há já quatro milhões de desempregados... percebe-se o que aí vem.

e impulsionados por António Guterres e que, no fundo, procuraram compatibilizar a "nova economia" com a urgência de formação profissional, qualificando-a sistematicamente. A conclusão a que se chega – e a prof. Maria João Rodrigues, perita nesta matéria, poderia esclarecer melhor, já que não sou, propriamente, um "especialista" ... – é a de que tem sido feito muito pouco. Por outro lado, os indicadores de emprego mostram que a Espanha, a Alemanha e a própria França vivem a braços com as taxas muito elevadas de desemprego ... Perante isso, o sr. Aznar (o "amigo" do dr. Barroso que vem a Lisboa, apoiar o PSD ...) lançou para a mesa uma proposta atarradora: Vamos liberalizar, "flexibilizar", as relações de trabalho. Todos nós, já ouvimos isso, da boca dos srs. Nogueira Simões da CIP (e do PP) e dos "gurus" do PSD. Digamos que a "receita" não é nova. Creio, sinceramente, que "não passarão"!

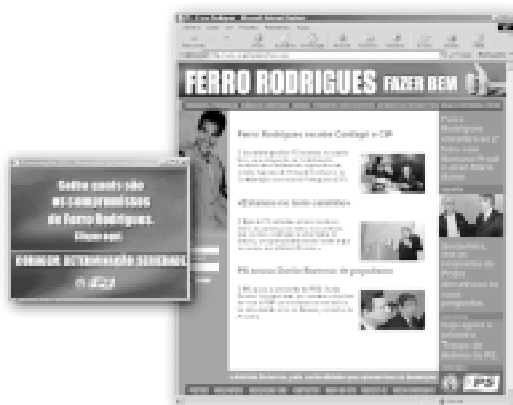
Só que a ideia que frequentemente aparece nos textos de opinião dos arautos do liberalismo (até Bush, exemplo acabado das forças capitalistas, está agora a impor a intervenção do Estado para superar a crise económica nos EUA ...) vai ser posta sobre a mesa da conversa dos líderes europeus. Certamente terá opositores fortes, porque a França e a Alemanha estão já em campanha eleitoral – mas não invalidarão, contudo, a discussão que terá um começo. E todos nós sabemos que o mal destas coisas é, afinal, começar ...

Ora, a verdade é que em Barcelona estará ainda António Guterres – o que é uma garantia. Mas, e no futuro? Se, por "obra das urnas" o mediocre e frouxo líder do PSD representar o Estado português, de que lado alinhará? Tenho poucas dúvidas: o seu voto será igual ao dos srs. Aznar e Berlusconi (na Grã-Bretanha, como se sabe, a desregulação é um património, dificilmente, alterado) e se, por desgraça, o sr. Stoiber, no Outono, triunfar na Alemanha, onde há já quatro milhões de desempregados ... percebe-se o que aí vem.

Logo, nós, os socialistas temos de estar mais atentos. As centrais sindicais que se têm dedicado a serem reivindicativas, mas não têm atenção a estes fenómenos europeus (apesar de algum "folclore"), terão de, agora, com outro vigor desencadearem mecanismos de informação de de intervenção pública. Sob pena de, mais tarde ou mais cedo, eles pensarem.

## NOVO SITE DO PARTIDO SOCIALISTA

WWW.  
ps.pt



**Simplesmente o facto de o PS querer levar à prática uma iniciativa que é uma realidade em toda a Europa e que consiste na criação de mais 100 farmácias sociais (em Portugal já existem 40) ou seja farmácias cujo lucro não reverte para os proprietários mas para a instituição que, não tendo fins lucrativos, os terá que investir nos instrumentos de acção social por elas perseguidas.**

## O EDUCADOR DA CLASSE POLÍTICA

**JOSÉ BARRADAS**

Tenho seguido com interesse as notícias vindas a público acerca do anúncio feito pelo Dr. Ferro Rodrigues do relançamento de Farmácias Sociais, medida a incluir no Programa do Governo do Partido Socialista.

Confesso que o que mais me surpreendeu foi a coragem demonstrada pelo candidato do PS a primeiro-ministro, já que, como é sabido ninguém, ou melhor dizendo, pouca gente teve até hoje a ousadia de enfrentar os interesses desse "Tomba Gigantes" chamado ANF (leia-se Associação Nacional de Farmácias).

Confesso também que o que menos me surpreendeu foi a reacção corporativa de quem vê o seu "bolo" ser repartido por estranhos. E o que é mais curioso é que também não me surpreenderam os termos insultuosos e impróprios como essa reacção foi consubstanciada.

Tudo isto porque há longa data que conheço a postura de histeria que ataca alguns responsáveis da ANF, sempre que, em seu entendimento, os seus interesses são, ainda que levemente, tocados (o que são 100 Farmácias comparadas com as 2500 que fazem parte da ANF?).

Se não estivessem em causa princípios de convivência democrática que deveriam ser respeitados, se não estivessem em causa princípios de simples, mas importante, educação cívica, se não fossem adulteradas normas de relacionamento institucional, e tudo isto fosse respeitado, eu diria que nada havia de anormal nesta disputa.

O presidente da ANF tem todo o direito de defender os interesses da sua Associação. Tem-no feito de forma tão eficaz que só assim se justifica o ser permanente credor do Estado em elevados montantes.

O que o presidente da ANF não tem, é o direito de, para conseguir levar a termo essa defesa, passar de presidente duma Associação de interesse privado, para guardião dos bons princípios e das boas práticas e comportamentos sociais e políticos.

Os argumentos, a linguagem, as ameaças que hoje li e que supostamente foram protagonizadas pelo Presidente da ANF numa conferência de imprensa dada em Lisboa, para além de ofensivas e

provocatórias, demonstram uma total falta de entendimento acerca do que hoje em dia é o papel dos parceiros envolvidos na prossecução das políticas de saúde. O insulto e a leviandade com que o sr. presidente da ANF brindou hoje as propostas do PS, na pessoa do seu secretário-geral, não são próprias dum responsável por uma das maiores associações do País, antes demonstram um desespero de causa que pode dar corpo a um provérbio chinês que passo a citar: "Certas pessoas são como os navios perdidos no nevoeiro; quanto mais perdidos estão mais barulho fazem".

Mas afinal o que originou todo este barulho?

Simplesmente o facto de o PS querer levar à prática uma iniciativa que é uma realidade em toda a Europa e que consiste na criação de mais 100 farmácias sociais (em Portugal já existem 40) ou seja farmácias cujo lucro não reverte para os proprietários mas para a instituição que, não tendo fins lucrativos, os terá que investir nos instrumentos de acção social por elas perseguidas.

Ou seja, uma Farmácia Social instalada num Hospital, evitaria que um doente de madrugada em vez de andar pela cidade ou ter que se deslocar a outra localidade para comprar um medicamento, o pudesse fazer no hospital, e sem taxa de serviço. Imaginem o que seria se o mesmo doente para fazer uma análise, tivesse que ir à procura de um analista de serviço, fora do Hospital e assim por diante.

A abertura de Farmácias Sociais corresponde assim não só a um imperativo de qualidade de serviço que todos devemos ao cidadão, como às inúmeras solicitações que, de todos se registam.

A função do sr. presidente da ANF é defender, como aliás o deixou bem expresso, o seu negócio; o dever do Estado é defender a qualidade do serviço a prestar ao cidadão.

Por isso, e nesta matéria, eu e a ANF não podemos estar de acordo.

**Torna-se imprescindível ao PS-M reivindicar do poder regional a resolução de problemas. É importante exigir mais e melhor qualidade de vida. É necessário pedir uma outra atenção aos desfavorecidos. No entanto, cingir um projecto político a estas opções estratégicas, torna-se insuficiente para conquistar a confiança dos eleitores.**

## AS GRANDES CAUSAS DO PS-MADEIRA

**RUI CAETANO**

**Funchal**

O PS-M, Partido da Liberdade, continua amarrado a uma crise de identidade que ainda não foi capaz de resolver. No fundo das minhas convicções, acredito que o PS-M tem solução. O êxito passa pelo envolvimento de todos os militantes com vontade firme em participar na construção de um partido autêntico e pela confiança de todos os simpatizantes socialistas que se revêem nos valores de uma esquerda democrática.

O PS-M não pode transformar-se numa máquina de fazer eleições, onde se limite a debater pessoas, a mobilizar as bases do partido para discutir pessoas, onde se trace, de modo subtil, estratégias com o objectivo de destruir e excluir pessoas, em alguns casos, pelo simples facto de estas pretenderem discutir ideias.

Com humildade, devemos reconhecer que evidenciamos vocação para promover convívios, jantares e organizar festas. Demonstramos alguma capacidade para apresentar conferências. E já demos provas do nosso empenho e aptidão superior para mobilizar os militantes, mas apenas para conquistar eleições internas, em prol de um grupo, uma sensibilidade, uma facção ou candidatura. Só funcionamos para dentro.

Quando a disputa é contra o PSD-M, salvo pontuais e honrosas excepções, a competência é nula, o empenho é medíocre, a mobilização não existe. O partido quase estagna.

O rumo do PS-M deve ser desviado para longe do umbigo de cada um e fixar-se na salvaguarda dos interesses da Região, na construção de um futuro melhor para os madeirenses e todos os que residem na RAM.

Torna-se imprescindível ao PS-M reivindicar do poder regional a resolução de problemas. É importante exigir mais e melhor qualidade de vida. É necessário pedir uma outra atenção aos desfavorecidos. No entanto, cingir um projecto político a estas opções estratégicas, torna-se insuficiente para conquistar a confiança dos eleitores.

O PS-M tem de ter ideias e convicções sólidas que permitam a defesa de grandes causas. Falta definir um rumo de luta por mais e melhor democracia, liberdade, igualdade e solidariedade.

Os portugueses precisam de conhecer, com clareza, as posições do PS-M sobre os assuntos que afectam os madeirenses. Urge a criação de um pensamento rigoroso sobre os vários dossiês,

directa ou indirectamente implicados com a Região.

O Partido Socialista constrói a sua identidade produzindo as ideias para uma nova autonomia, liderando, na Região, a Revisão Constitucional, definindo-se quanto à regionalização de serviços, decidindo o que pretende com o cargo de Ministro da República, contribuindo para a reforma do sistema político. A par destas bandeiras políticas, deve produzir também propostas alternativas e sustentadas no âmbito da saúde, da educação, da economia, do social, e noutras áreas da governação insular.

Em suma, o PS-M recuperará a sua credibilidade quando conseguir, por um lado, apresentar um projecto político que defenda causas, onde os objectivos sejam claros, as estratégias debatidas, e as etapas precisas. Por outro, logo que demonstrar respeito pela sociedade civil. Exige-se a apresentação de propostas dignas e regras bem definidas para a sociedade civil que aceitar integrar o seu projecto político. Ora, abrir o partido à sociedade não é convidar homens e mulheres de reconhecida competência e seriedade com o objectivo apenas de ocuparem lugares de improvável eleição. Poucos aceitam e os corajosos que acedem ao desafio, com o devido respeito que merecem, são transformados em meros figurantes usados para dar credibilidade aos elegíveis.

Já estamos cansados de esperar pelos princípios, pelos compromissos e pelas mudanças de atitudes prometidas nas moções globais dos candidatos às lideranças. Até hoje, não têm passado do papel. Salvaguardando pequenos pormenores, os comportamentos repetem-se.

Nesta hora, precisamos todos de bom senso, responsabilidade, disponibilidade em participar construtivamente e uma forte dose de realismo. Estamos perante mais uma oportunidade de surpreender na vontade séria de inovar. Contribuamos na construção de um PS-M assente numa real qualidade, numa visível capacidade política e indispensável faculdade técnica. Defendamos um PS-M com saber e muitas convicções. Renovemos a esperança.

# A SEMANA PREVISTA

SEG.  
TER.  
QUA.  
QUI.  
SEX.  
SÁB.  
DOM.

O primeiro grande comício de pré-campanha do PS terá lugar no próximo domingo, 17 de Fevereiro, na Madeira, em que o principal orador será o nosso secretário-geral, Ferro Rodrigues.

No âmbito da sua agenda europeia, Ferro Rodrigues desloca-se dia 18 a Londres onde reunirá com o líder do Partido Trabalhista e primeiro-ministro britânico, Tony Blair.

Tendo em vista a aprovação do Programa de Legislação dos candidatos jovens, reúne-se no sábado a Comissão Nacional da Juventude Socialista.

O primeiro-ministro, António Guterres, presidirá no próximo dia 19 à inauguração do novo quartel da Guarda Nacional Republicana da Golegã.

O ministro da Juventude e Desporto, José Lello, profere uma alocução no encerramento do Congresso Internacional de Futebol Profissional, em Barcelona, e no dia 17 inaugura o complexo desportivo do Ançã Futebol Clube.

O ministro da Economia, Braga da Cruz, preside em Lisboa a uma reunião no âmbito da rede de conselheiros portugueses para a internacionalização das nossas empresas.

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, tem prevista uma conferência de imprensa no dia 20, para fazer o balanço da execução do III Quadro Comunitário de Apoio.

Inauguração do parque eólico de Lomba de Seixa, em Montalegre, em cerimónia presidida pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Economia, Eduardo Oliveira.

O ministro da Agricultura adjudica o projecto da barragem de Veiros, em Estremoz, e inaugura as novas instalações da Adegas Cooperativas de Borba.

Silves será a próxima cidade a ter o programa Polis. A cerimónia de lançamento está prevista para dia 15 com a presença do ministro do Ambiente, José Socrates.

## ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

**Fundação Antero de Quental**  
Tel. 21 301 35 34  
faq@oninet.pt

**Fundação José Fontana**  
Tel. 21 301 38 08 / 21 301 39 09  
fjj@mail.telepac.pt

**Fundação Mário Soares**  
Tel. 21 396 41 79 / 21 396 41 56  
osita@fmsoares.pt

**Associação Portuguesa de Radiodifusão**  
Tel. 21 301 69 99 / 21 301 54 53  
apr@ip.pt

**Instituto de Imprensa Democrática**  
Tel. 21 302 12 59  
iidsn@iol.pt

**Fundação Gulbenkian**  
Tel. 21 782 30 00  
info@gulbenkian.pt

**Fundação Oriente**  
Tel. 21 358 52 00  
fundoriente@foriente.pt



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**  
Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelbranco@partido-socialista.pt

**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**  
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet **www.ps.pt/accao**  
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Dépósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

- Cheque  
 Vale de correio  12 meses

Por favor remeter este cupão para:

**Acção Socialista**  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados

